



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADOS - ICSA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**CAPITALISMO, RELAÇÕES SOCIAIS E OCUPACIONAIS DAS
MULHERES : UMA ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DA PANDEMIA
PARA AS MULHERES**

Tamires Camila da Silva

**Mariana
2023**

Tamires Camila da Silva

**CAPITALISMO, RELAÇÕES SOCIAIS E OCUPACIONAIS DAS
MULHERES : UMA ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DA PANDEMIA
PARA AS MULHERES**

**Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da
Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.**

Orientador (a): Dra. Alessandra Ribeiro de Souza

**Mariana
2023**

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586c Silva, Tamires Camila Da.
Capitalismo, relações sociais e ocupacionais das mulheres
[manuscrito]: uma análise sobre os impactos da pandemia para as
mulheres. / Tamires Camila Da Silva. - 2023.
63 f.: il.: tab..

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Ribeiro De Souza.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Capitalismo. 2. Doenças transmissíveis. 3. Mulheres - Emprego. 4.
Saúde pública. I. Souza, Alessandra Ribeiro De. II. Universidade Federal
de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.65-055.2

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

Tamires Camila da Silva

Capitalismo, relações sociais e ocupacionais das mulheres: uma análise sobre os impactos da Pandemia para as mulheres

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 9 de maio de 2023

Membros da banca

Dra - Alessandra Ribeiro de Souza - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)

Dr - Roberto Coelho do Carmo- (Universidade Federal de Ouro Preto)
Me. - Marina Rodrigues Correa dos Reis - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Alessandra Ribeiro de Souza, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 29/05/2023



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Ribeiro de Souza, COORDENADOR(A) DE CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**, em 29/05/2023, às 18:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0532864** e o código CRC **FEB91C27**.

RESUMO

A pesquisa realizada compreende em abrangência a análise sobre a realidade social brasileira enfrentada pelas mulheres nos diferentes espaços ocupacionais, em relação a óptica do enfrentamento a pandemia da COVID-19.

Neste cenário, foi imprescindível a abordagem histórica social da situação de dependência da América Latina e suas circunstâncias geracionais trazidas sobre o conceito do patriarcado adquirido pelo modo de reprodução capitalista.

O objetivo central foi reunir dados para explicar a realidade contemporânea que atinge diversos segmentos ocupacionais para o gênero feminino, compactuados com as influências sociais, econômicas e políticas.

Para a metodologia dessas análises foi utilizado o materialismo dialético da teoria social de Karl Marx, a fim de compreender os processos de trabalho da sociedade capitalista dentro da categoria de classe. E, também, abrangendo categorias como raça e gênero. O processo se deu a partir da análise em quinze textos extraídos pela base de dados do Scielo, trazendo dados sobre a realidade do cotidiano das mulheres em diversos segmentos de grupos de mulheres.

O resultado foi obtido, através das informações reunidas afirmaram portanto, a debilidade governamental durante a pandemia. Demonstrando o enfraquecimento de setores como, saúde, educação, alimentação, habitação e ciência. Todos fatores contribuíram significativamente para o agravamento de situações como disparidade salarial, sobrecarga de trabalho e ocupações, assédios, violências, invisibilidade e exclusão social. Portanto, a inflexibilidade do acesso, manutenção e fiscalização das políticas públicas contribuíram como propulsores prejudiciais à saúde mental e bem estar das mulheres.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	4
1 INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL DA CRÍTICA À DOMINAÇÃO EUROCÊNTRICA.	10
1.1. Organização política, social e econômica sob a influência da estrutura capitalista.	10
1.2. Espaço público x privado	13
CAPÍTULO II - RELAÇÕES SOCIAIS, TRABALHISTAS E OCUPACIONAIS DO GÊNERO FEMININO.	22
2.1. Desmistificação da questão de gênero	22
2.2. Inserção da mulher no mercado de trabalho	33
2.3. Estruturas de opressão	36
CAPÍTULO III - DADOS ACERCA DAS REALIDADES OCUPACIONAIS PARA AS MULHERES E AS CONSEQUÊNCIAS INTENSIFICADAS PELA PANDEMIA NO BRASIL.	38
3.1. Análises da pesquisa: Realidade Brasileira	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
ANEXO	61

“[...] Triste, louca ou má

Será qualificada

Ela quem recusar

Seguir receita tal

A receita cultural

Do marido, da família

Cuida, cuida da rotina

Só mesmo, rejeita

Bem conhecida receita

Quem não sem dores

Aceita que tudo deve mudar

Que um homem não te define

Sua casa não te define

Sua carne não te define

Você é seu próprio lar [...]” (FRANCISCO, EL HOMBRE, 2016)

1 INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa buscarei analisar através da historicidade sócio cultural, política e contemporânea, os assuntos que geram agudamente a divisão social do trabalho na perspectiva de gênero, raça e classe. E, os impactos que as atividades laborais contemporâneas causam na saúde das mulheres. Analisando diretamente o cenário capitalista que permeia sobre a população, em relação às novas reestruturações do trabalho; a inserção ao mercado de trabalho; a disparidade salarial; as altas jornadas e invisibilidade do trabalho doméstico; o acesso às políticas públicas; às violências e assédios e, as consequências desses fenômenos em relação a desvalorização do gênero feminino. No entanto, o interesse pela pesquisa surge no decorrer da trajetória de formação no curso de Serviço Social, relacionado diretamente às atividades desenvolvidas em sala de aula, de acordo com o material teórico posto. As atividades também realizadas nos projetos extensionistas e nos campos de estágio obrigatório, defronte a realidade vivenciada durante o período da pandemia proporcionaram curiosidade de aprofundar sobre o respectivo assunto.

O intuito é tencionar acerca das transformações que ocorreram entre essas dinâmicas construídas sob uma distopia capitalista que caracterizam erroneamente, a relação do gênero feminino na sociedade, especificamente brasileira. Em decorrência, da caracterização estereotipada na atividade central do trabalho constituído no espaço *público x privado*. Refletindo consequências causais imensuráveis sobre a saúde e bem estar dessas respectivas mulheres: trabalhadoras, mães, exploradas, assediadas, sexualizadas e invisibilizadas. Esses estudos partem da compreensão dialética materialista, e das análises em pesquisas bibliográficas sobre os conceitos políticos, sociais, econômicos e, principalmente, de gênero. Para responder às questões atuais, tais como as modificações nas relações sociais durante a pandemia.

O objetivo é analisar e retratar a situação estruturante da sociedade capitalista. Responsável por mascarar o reconhecimento do gênero feminino, desde, o processo sócio histórico, até o âmbito laboral contemporâneo. Causando danos à saúde e ao bem estar. A partir da fragmentação das leis trabalhistas, inúmeras jornadas de trabalho, disparidade salarial, inúmeras violências e desmonte das políticas públicas de saúde e proteção voltadas para essas mulheres trabalhadoras.

Através da análise sobre a conjuntura estrutural que subordina a relação da mulher trabalhadora, defronte, a atual organização social patriarcal. Verificaremos as consequências causadas no que diz respeito à saúde dessas mulheres inseridas na sociedade, a fim de desmistificar todo conhecimento enraizado sobre a fragilidade e invisibilidade do gênero feminino. Acerca desses dados, trataremos como ocorre no âmbito laboral a manifestação forte e direta a um grupo específico, feminino. Realçando o cenário intensificado pela estrutura do capitalismo, abrangendo o momento da pandemia da COVID-19. Logo, nota-se através da

pesquisa a debilidade da saúde física e mental das mulheres trabalhadoras quando deparado com essas influências históricas e contemporâneas.

O desenvolvimento da pesquisa buscou identificar as relações sociais estabelecidas pela sociedade capitalista, partindo das análises em temas como gênero, raça e classe e suas influências no processo sócio histórico e contemporâneo. Possibilitando a reflexão aprofundada sobre o modo no qual o gênero feminino dentro da sociabilidade encontra-se num espaço desvalorizado estabelecido pela estrutura do patriarcado.

Desde modo, foi necessário desmistificar a ideologia patriarcal e machista que constrói e consome instrumentos de segregação. Isso, apresenta-se em diversos espaços como: históricos, políticos, sociais, culturais, econômicos, profissionais e ocupacionais. Desenvolvendo o diálogo teórico sobre as consequências dessas análises e os rebatimentos no cotidiano do gênero feminino.

Portanto, compreenderemos a influência histórica, ideológica, mercadológica e sexual como propulsores para as implicações na saúde e bem estar do gênero feminino. Consequentemente, cria-se rebatimentos, que serão analisados na perspectiva crítica analítica nos estudos que confirmam a debilitação causada à saúde e o bem estar das mulheres, intensificado durante a pandemia.

A importância da vivência do gênero feminino dentro da estrutura capitalista e mais especificamente, no mercado de trabalho, apresenta-se dentro do ciclo produtivo do capital. Retratando a dinâmica da atividade do trabalho no capitalismo. E, em todas suas contradições e prejuízos causados à saúde das mulheres, responsáveis por inúmeras jornadas, desafios, assédios, e consequentemente, permanecendo invisíveis quanto ao reconhecimento e prestígio social. Tanto no que tange, a baixa valorização e o pouco reconhecimento da identidade de gênero, quanto, em todos seus direitos enquanto classe, constitucionais e trabalhistas restringidos pela estrutura patriarcal.

Os questionamentos que movem essa pesquisa são: qual a real importância do gênero feminino para a sociedade capitalista? Como essas mulheres trabalhadoras lidam com as diversas questões que assolam sobre suas subsistências? Como é a relação existente entre o capitalismo, o trabalho e a saúde e bem estar para o gênero feminino na sociedade contemporânea?

A pesquisa se justifica pelo resgate e compreensão desses elementos, e trará uma relevância para o cenário feminino atual. Perpassando pelas perspectivas políticas, econômicas, históricas, culturais e sociais. Finalizando-se sobre como essas mulheres trabalhadoras estão inseridas em um sistema político econômico capitalista massivo a sua sobrevivência, saúde e bem estar. Através da perpetuação direta e fortemente induzida sob as novas reestruturações das

atividades laborais contemporâneas, ainda mais latentes no período da pandemia. Responsabilizadas pelas inúmeras debilidades estruturais desse sistema político.

A metodologia utilizada baseia-se nas análises bibliográficas e científicas produzidas ao longo da história. Para resgatar as consciências particulares e coletivas, que influenciam o pensamento ideológico. Logo, para aprofundar e dar base aos estudos, utilizarei a síntese da práxis da dialética, contida no materialismo dialético de Karl Marx. Buscando formas para compreender as relações de trabalho existentes, entre, a sociedade de classe e sua representação. Para logo, responder como essas influências apresentam-se atualmente sobre o gênero feminino.

Ao aprofundar na estrutura do capitalismo, teremos bases para demarcar a construção da sociedade patriarcal responsável por invisibilizar a questão de gênero, desde o surgimento da sua estrutura organizacional. Representando de modo distorcido a caracterização conservadora e machista acerca do reconhecimento do gênero feminino. Dificultando a independência do gênero feminino na sociedade, e ainda, de forma mais latente, enquanto classe trabalhadora.

Igualmente, impulsionado por um sistema econômico refluyente à existência da individualidade social e econômica feminina. Responsável por desvalorizar questões em torno da invisibilidade e dificuldades de adaptação às inúmeras jornadas sócio ocupacionais, atribuídas a elas de forma meramente constituídas por uma sociedade machista.

De acordo com uma variedade de análises bibliográficas aprofundaremos nos debates das mulheres feministas, destacam-se por exemplo, *Heleieth Saffioti*, *Bell Hooks*, *Silvia Federici*, *Angela Davis*, entre várias outras. O intuito é aproximarmos a pesquisa dos assuntos que abordam as seguintes temáticas: *capitalismo*, *sociedade de classes*, *divisão social do trabalho*, *gênero feminino*, *saúde e pandemia*. Após essa sistematização de ideias, será realizado o destrinchamento breve, acerca da reprodução do capitalismo à sociedade dependente latino americana moderna. Este, contribuiu com o patriarcado, reproduzindo a *divisão sexual do trabalho*.

A partir disso, o estudo terá dados concretos obtidos através da análise em 15 artigos publicados nas revistas, entre os anos de 2020 a 2022. Como por exemplo, *Rev. Katálisis*, *Rev. Saúde e Sociedade*, *Rev. Saúde em Debate*, *Rev. Brasileira de Estudos de População*, *Rev. Estudos Feministas*, *Rev. Sociedade e Estado* entre outras. Todas essas análises, irão dialogar sobre o modo no qual as influências apresentam-se às estruturas e dinâmica do trabalho contemporâneo, simultaneamente, a partir das inúmeras reestruturações. A fim de, pontuar sobre a saúde das mulheres trabalhadoras, que resistem em condições subordinadas.

As condições de trabalho de inúmeras jornadas, pouco reconhecimento, assédio e invisibilidade do gênero, manifestam-se transversalmente no ciclo de reprodução e produção

capitalista. Nos dias atuais, houve o aumento na precarização do acesso ao mercado de trabalho, principalmente durante o período da pandemia. Gerando influxos à promoção do acesso público aos direitos, proteção e saúde, no que tange todas as relações sociais, sustentado pelo gênero feminino através da análise. Justifica-se, portanto, a instabilidade à saúde e ao bem estar da mulher.

Dentro desta óptica, a fim de contemplar as problemáticas citadas, a pesquisa será organizada da seguinte forma. No capítulo um, será analisada de forma abrangente a organização política, social e econômica construída através da estrutura capitalista. Com o intuito de compreender a consolidação da dicotomia existente entre o espaço público x privado na perspectiva de gênero. O capítulo dois, busca compreender a epistemologia da questão de gênero, desmistificando a realidade histórica social naturalizada pelo modo de reprodução estatal. Exemplificado pela inserção da mulher no mercado de trabalho, e os diferentes espaços ocupacionais consolidados sobre a estrutura de opressão. Logo, o capítulo três demonstra a abordagem das análises realizadas durante a pesquisa, a partir de quinze artigos publicados, entre 2020 a março de 2023, extraídos da base de dados do Scielo. Contemplando diversos textos produzidos, a fim de visibilizar distintas áreas ocupacionais conquistadas pelas mulheres, seus desdobramentos e consequências, comprovado pela debilidade na saúde e bem estar delas durante o período da pandemia da COVID-19.

CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL DA CRÍTICA À DOMINAÇÃO EUROCÊNTRICA.

Neste capítulo, será abordado de forma abrangente a contextualização social da América Latina e sua dependência política, econômica, social e cultural, apresentam-se aqui, a dominação eurocêntrica em diversos aspectos. O intuito é compreender a dicotomia existente nos espaços público x privado pertencente a estrutura do capitalismo. Para tanto, dividimos o capítulo em dois subitens. O primeiro subitem, intitulado Organização política, social e econômica sob influência da estruturação capitalista, discutimos a formação organizacional construída ao longo do tempo sobre a influência do modo de produção e reprodução contida no capitalismo.

No segundo subitem, intitulado Espaço público x privado, discutimos acerca da naturalização e opressão desencadeadas pelo patriarcado, existentes nas relações sociais sobre a perspectiva do gênero feminino.

1.1. Organização política, social e econômica sob a influência da estrutura capitalista.

Inicialmente, para compreender a pesquisa sobre as consequências que a atividade laboral causa à saúde mental das mulheres e como essas refletirão nas formulações da política de saúde, precisamos dialogar sobre a forma estrutural da sociedade. Como se deu a interação entre a divisão sexual do trabalho, em contrapartida a decorrência do sistema capitalista, responsável por moldar e reproduzir diversas relações sociais existentes.

Durante todo o processo de civilização nos diversos locais e regiões da América Latina, o modo da organização social e hegemônica adaptou formas culturais, históricas, sociais e econômicas. No qual, o contexto político social atual reflete-se inteiramente na formação imperialista, atravessados anteriormente pelas invasões dos países centrais independentes às colônias. Como afirma (BAMBIRRA, 2013), contextualizando o desenvolvimento na América Latina – “ o caráter condicionante concreto que as relações de dependência entre centros hegemônicos e países periféricos tiveram no sentido de conformar com determinados tipos específicos de estruturas econômicas, políticas atrasadas e dependentes”.

Veremos sobre isso, se resgatarmos, o desenvolvimento capitalista nos países centrais, cujos grandes centros hegemônicos existentes hoje, é responsável pela exploração exacerbada dos centros periféricos, especificamente, grande parte pertencentes a América Latina. Subsidiando à população a distorção do entendimento do ser social humano genérico já existente nesses solos.

A partir dessa contextualização, nota-se no momento posterior, a supremacia de um povo sobre o outro, caracterizado por Vânia Bambirra como “situação de dependência”¹ desvalorizando todos costumes locais e hábitos regionais. Essa situação influencia a forma de vida de determinadas sociedades, para adequá-las às imposições, interesses conservadores e coercitivos. Acerca disso, partilhamos novamente sobre o pensamento da autora a fim de contextualizar a situação do agravamento da problemática no desenvolvimento da América Latina:

“Embora a situação condicionante básica na formação, configuração e desenvolvimento das sociedades latino americanas tenha sido uma mesma situação de dependência frente aos centros hegemônicos, é preciso tentar, através de aproximações sucessivas à realidade concreta – isto é, empreendendo o trajeto desde um nível mais alto da abstração para níveis mais concretos –, realizar o estudo das manifestações históricas específicas e do processo de transformação das estruturas dependentes que se formam no continente.”
(BAMBIRRA, 2013, p. 39)

A história do desenvolvimento contemporâneo, buscando por vezes recapitular o momento histórico político social retrógrado da América Latina. Apresentar a realidade histórica, em um movimento oscilante que reflete até os dias de hoje, embutida na formação social sustentada pelo capitalismo. Tendo em vista, a situação da dominação imperialista em relação às colônias latino americanas citada acima por volta dos anos de 1945.

Diante disso, pode-se analisar a transição dos movimentos sociais, políticos e econômicos advindos desse período, refletindo nas inúmeras transformações até os dias de hoje no trabalho.

Isso porque, se pegarmos a influência econômica e política dos países imperialistas, que movimenta todo mercado internacional, o comércio e a produção de mercadorias, seja, rentável como bens materiais e propriedade de terras, ou não, como por exemplo, a força de trabalho. Especificamente, onde vamos aprofundar mais ao longo da pesquisa. Podemos subjugar um grande monopólio exterior correspondendo diretamente a essas peculiaridades contidas na transformação do trabalho. Imbricado a isso, a superexploração da força de trabalho e o subimperialismo, demarcada por (MARINI, 1973) como peças fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo. Sobre essa influência, o autor chama a atenção para a situação de dependência², abordando o conceito das influências, antes, apresentadas através das exportações da matéria prima bruta latino americana e a exploração da força de trabalho; propulsiona o desenvolvimento. E posteriormente, culminaram na necessidade da Revolução Industrial, impulsionada pelos países imperialistas, para gerar um ciclo de ascensão produtiva do

¹ *Bambirra* contribui em seu livro que a dependência dos países latino americanos se deu pela possibilidade da dominação e ascensão dos países de capitalismo central. Citando que para o desenvolvimento de determinados locais deveriam em contrapartida existir a decadência de outros.

² *Marini* a respeito da situação de dependência da América Latina: “[...] entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.”

mercado internacional e substituir as técnicas utilizadas no trabalho, tornando-o mecânico e tecnológico. Certamente essa metamorfose rebateu não apenas na produção e reprodução, e sim, mais ainda, nos diversos âmbitos nas camadas sociais. Como por exemplo, diretamente no trabalhador.

Dessa forma, pautando -se aos trechos iniciais representados pela (BAMBIRRA, 2013) e dialogando. Podemos compreender que as expressões centrais demarcam a situação de dependência da América Latina foi e tem sido a forma política estruturante. Se, por um lado os países tornavam-se “independentes”, por outro lado, essa independência política os levavam a uma situação de dependência econômica e cultural, estimulado pelo capitalismo. Ou, melhor dizendo, a formação mercantil desencadeada no ciclo de produção e reprodução.

Ainda, “[...] a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região” (MARINI, 1973). Isso porque, a América Latina possibilitou o crescimento do capitalismo a partir da existência da situação de dependência dos países e da economia central, como bem exemplificado acima, e esclarecido por (MARINI 1973) no trecho a seguir:

“No que se refere às relações internacionais da América Latina, se, como assinalamos, esta desempenha um papel relevante na formação da economia capitalista mundial (principalmente com sua produção de metais preciosos nos séculos 16 e 17, mas sobretudo no 18, graças à coincidência entre o descobrimento de ouro brasileiro e o auge manufatureiro inglês), somente no curso do século 19, e especificamente depois de 1840, sua articulação com essa economia mundial se realiza plenamente. Isto se explica se considerarmos que é com o surgimento da grande indústria que se estabelece com bases sólidas a divisão internacional do trabalho.” (p.4)

E, junto à divisão internacional do trabalho, no capitalismo. Existem possibilidades ininterruptas que rebatem num momento posterior e contemporâneo, o tema central da pesquisa. No que se refere a, como a *divisão sexual no trabalho* contida a partir desse sistema, reproduz consequências diretas à saúde mental das mulheres.

Para fortalecer os assuntos discutidos explicitamente nessa pesquisa, em torno de como o movimento de produção e reprodução do capitalismo influencia toda a população mundial. Podemos pontuar outro fator essencial para se pensar, o liberalismo³ existente nos espaços sociais de dominação direta, responsável por segregar a sociedade em camadas.

³ Intervenção mínima estatal.

Atualmente denominam-se novas estratégias do conjunto ideológico burguês, é o que chamam de neoliberalismo⁴. Correspondendo de acordo com (NETTO; BRAZ, 2012) “[...] a partir dos anos oitenta do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contra-reforma(s), destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais”. Como se respondessem a um dos processos que dão aval para as especificidades padronizadas do capitalismo “[...] fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira da liberdade”.

Através disso, após contextualizar a relação dessas ideologias burguesas, no que se refere a influência sobre a sociedade e suas diversas camadas sociais. Para chegarmos de forma minuciosa ao fio condutor da pesquisa, é fundamental analisarmos sobre como essas relações políticas e econômicas de dominação capitalista, partem de maneira camuflada e manipulatória, por detrás de relações patriarcais impostas e naturalizadas.

1.2. Espaço público x privado

A relação do *público x privado* é um importante pressuposto que afirma essas ideias discutidas. Adentramos, a partir deste subitem, na segregação de gênero feminino e masculino. A partir disso, refletiremos o modo no qual, a família, como primeira instituição social que pertencemos é responsável por essa relação público x privado, que corresponde a um modelo benéfico à estrutura de produção do capital. Referente a isso, (ARENDDT, 1997) pontua:

“ A distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado; mas a ascendência da esfera social, que não era nem privada nem pública no sentido restrito do termo, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no estado nacional.” (p. 37)

Dito isso, partindo do pressuposto que todas as atividades humanas são condicionadas na maior parte das vezes por algum condicionante social exterior. Quando Hanna Arendt afirma o surgimento dessa dicotomia, ela refere-se aos movimentos naturalizados desenvolvidos no espaço público, aos homens, adequando-os ao padrão patriarcal já pré estabelecido nas atividades fora do ambiente doméstico, correspondendo ao provedor e mantenedor da família. Também, aquele que recebe e alimenta o prestígio social fora do ambiente familiar. Em contrapartida, referente às mulheres, restavam as atividades contidas no ambiente privado, de reproduzir, cuidar e manter a família, exercendo inúmeras atividades no ambiente doméstico. Isentando-as de um espaço público de direitos políticos equitativos. “Tratava-se, certamente, de formas de inserção bastante diferenciadas, ditadas pela divisão sexual do trabalho”. (ALMEIDA,1998,p.96)

⁴ Estado com intervenção mínima, baseando se na economia de mercado. Por exemplo: a privatização estatal das empresas, e a diminuição dos direitos sociais, entre vários outros.

Ainda, sobre esse respectivo assunto, o ocultamento político, social e econômico da mulher na sociedade, desde essas concepções na análise do núcleo familiar conclui-se:

“Desta análise, pode-se inferir a inexistência da esfera privada no singular, mas de uma multiplicidade de esferas hierarquizadas, no âmbito do mundo privado, construídas a partir da divisão sexual do trabalho. Pode-se indicar também que a vida privada é construída enquanto espaço de ocultamento/legitimação da realização de um trabalho gratuito e necessário à reprodução da vida social e, portanto, como espaço privilegiado de exploração-dominância da(s) categoria(s) que o efetua(m).” (ALMEIDA,1998,p.96)

A partir dessas análises desenvolvidas, o impacto das transformações sociais rebatem diretamente sob a atividade central do trabalho, criando impactos imensuráveis no cotidiano dos trabalhadores e, em específico aqui, das trabalhadoras. Sendo elas, por vezes reconhecidas apenas através do espaço privado, e ainda, sendo elas, quem mais se submetem a posição de inúmeras jornadas de trabalho, assédios, falta de reconhecimento e pertencimento na ocupação dos espaços empresariais e políticos. Ofertado através de uma "independência financeira" compatível com as exigências estruturais do sistema capitalista. Ou seja, para dar sequência e elevar o melhor funcionamento dos seus ciclos. Sem contar, com a crescente disparidade salarial, e com a falta de implementação dos direitos sociais equitativos à realidade no cotidiano do gênero feminino.

Em torno disso, afirmamos e ressaltamos a significância embutida na divisão sexual do trabalho, sob a influência do capital. Quando analisamos de maneira geral, o domínio sócio cultural, tendo início, desde, as primeiras invasões em terras latino americanas, perpassando pelo imperialismo e patriarcado, atingindo toda a população e obtendo controle nas respectivas relações sociais, constituídas ao longo dos anos.

Agora, imaginemos considerarmos todos esses fatos nos dias de hoje? Como seria para nós estarmos inseridos em uma sociedade dependente das caracterizações sócio históricas trazidas da cultura europeia? É onde nós encontramos! No seio de uma sociedade que sempre produziu cultura, alimentos, arte e costumes, porém, pela imposição da vertente europeia de capitalismo mundial, só transformou o significado da apropriação territorial para se auto sustentar. E “beber das nossas águas naturais”, escorados antes, sobre a autocracia contida na organização da sociedade, agora hegemônica.

Através dessa dominação do contexto social citado, podemos notar uma nova concepção da organização social e as transformações que atingiram o trabalho e o ciclo produtivo do capital. Buscando avançar o fortalecimento de um sistema econômico. Valorizando a produção e reprodução do mercado, como será explicado.

As expressões históricas que demarcam essa etapa e refletiram aqui no Brasil, foram o fortalecimento do fordismo e do keynesianismo, por parte do Estado, como a (MOTA 1995) bem aponta: “As mudanças no mundo do trabalho, aqui entendidas como parte do processo de reestruturação produtiva e produto das estratégias de superação do modelo fordista-keynesiano, em favor da acumulação flexível”. Ou seja, restabelecendo a *acumulação flexível*, que designou-se em novas flexibilizações no mercado de trabalho, contendo novas formas de produção com taxas elevadas, meios tecnológicos inovadores, novas organizações no ambiente de trabalho e sobretudo novos mercados. Sustentado por um modelo adotado pelo Estado, partindo das influências políticas, econômicas e sociais coercivas como já citadas. Sobressaindo diretamente na atividade central do trabalho.

As transformações no mundo do trabalho, representa a reestruturação produtiva, reflete em estratégias de apoio à acumulação capitalista sobre o aspecto de superação do modelo fordista e keynesiano. E *as transformações na intervenção do Estado* representam respectivamente a crise do Keynesianismo e a emergência do neoliberalismo instaurado, “aparentemente, o taylorismo-fordismo e o keynesianismo, feitos um para o outro, consolidaram o “capitalismo democrático”: a produção em larga escala encontraria o mercado em expansão infinita e a intervenção reguladora do Estado haveria de controlar as crises (NETTO, 2012).

Estas mudanças ocorreram diretamente no mundo do trabalho e nas intervenções do Estado, formando fortes influências nas relações sociais, empregatícias, do cotidiano, reprodução do ser social e na concessão de direitos. (MOTA,1995) discorre sobre esses temas, numa visão macroestrutural, tanto os países centrais, quanto, os países periféricos tratam esses aspectos como um momento de expansão do capitalismo.

Considerando o momento histórico contemporâneo que estamos inseridos, várias reformulações na organização social também foram modificadas. Em decorrência, das lutas coletivas dos movimentos populares, trabalhadores, professores e estudantes, reivindicando por assistência estatal, a fim de, legitimar seus direitos, garantiram algumas ações assistenciais para a criação do acesso às políticas públicas. A respeito disso, “anunciava-se um capitalismo sem contradições apenas conflituosas — mas no quadro de conflitos que seriam resolvidos à base do consenso, capaz de ser construído mediante os mecanismos da democracia representativa.” (NETTO, 2012, p.224)

Cabe ainda pontuar, de acordo com (MOTA, 1995) que a pretensão desses países ao desenvolver essas reformas é de cunho liberal, cumulativo de capital e a fundamentação de políticas focalizadas na pobreza. Esse ponto, marca nitidamente o Estado como precursor do seu modo de produção e, ao mesmo tempo, apaziguar na relação das classes sociais.

Por meio das lutas travadas pelos movimentos populares, foi criado o tripé social, contido na Constituição Brasileira de 1988, oficializando o termo Seguridade Social que compõe o tripé da: Saúde, Previdência, e Assistência Social.⁵

Através dessas novas estruturas organizacionais da sociedade capitalista, a fim de apaziguar a insatisfação da população e gerar a forjada “segurança” à mão de obra empregada. A acumulação capitalista e a Revolução Industrial, foram uns dos grandes fatores para modificar as relações sociais e de trabalho. Garantiram também outras diversas transformações sobre os meios de produção e exploração da matéria prima; em outras palavras, alterou todo modo de produção e reprodução no capitalismo. Sobre isso, acerca dessa respectiva relação de subordinação (MARX,2013) aponta a seguinte definição à organização estrutural “o invés de se tornar mais intensa com o crescimento do capital, essa relação de dependência torna-se apenas mais extensa, quer dizer, a esfera de exploração e dominação do capital não faz mais do que ampliar-se juntamente com as próprias dimensões desse capital e com o número de seus súditos.”

Sobre a supremacia de um povo, acerca da contextualização de fatos que marcaram a composição reprodutiva de uma dada população. Podemos considerar a apropriação dos Estados de capitalismo central e suas ações, como, um entre vários, influenciadores econômicos primários para modificar as relações sociais, “como se pode observar, portanto, o trabalho não transforma apenas a matéria natural, pela ação dos sujeitos, numa interação que pode ser caracterizada como o *metabolismo entre sociedade e natureza.*” (NETTO, 2012). Então, inclusive, influencia a atividade central do ser social – o trabalho, as relações sociais e o seu meio.

Anteriormente, o trabalho era tido como uma forma de sobrevivência em dadas populações, para adquirir alimentos e delimitar afazeres em determinado local. Hoje, “implica mais que a *relação* sociedade/natureza: implica uma *interação no marco da própria sociedade*, afetando os seus sujeitos e a sua organização.” (idem, p.46). Com o passar do tempo, a atividade central foi tomando outro significado a sua determinação real, passou a ser tão necessário quanto a necessidade que temos em respirar. Se, respiramos pra existir, agora, respiramos para trabalhar, e trabalhamos para existir. Ressignificando a atual atividade central do trabalho, tardiamente, esta representará dentro do capitalismo, novas reestruturações. Sobre essas transformações nas estruturas do trabalho e sua relação com a natureza, ainda é importante demarcar que:

“O trabalho no qual o sujeito transforma a natureza (e na medida que é uma transformação que se realiza *materialmente*, trata-se de uma transformação **prática**), transforma também o seu sujeito: foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos — numa espécie de *salto* que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o **ser social.**” (idem, p. 46)

⁵ [LEINº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991.](#)

Estas transformações fazem parte de uma série de desafios que o capitalismo impôs e impõe sobre os indivíduos. A estrutura em si, é transcendente de uma organização massificadora, responsável por deter os meios de produção e o maior controle sobre o capital monetário econômico. Ou seja, grande parte do que é produzido e consumido no país e no mundo, é detido por uma porcentagem relativamente pequena, chamaremos como *capitalistas individuais*, os grandes empresários, investidores, entre outros. Isso significa que, a maior parte da população mundial se encontra fornecendo o *capital variável*, entretanto, a maior importância para esses capitalistas individuais encontra-se na *força de trabalho*.

No capitalismo, fica explícito o ciclo de produção do capital. O intuito de alimentar seu sistema através da *circulação e financeirização* da mercadoria, e para isso, é de certo necessário a exploração da mão de obra dos trabalhadores. Eles necessitam prestar seus serviços para subsistir na sociedade, e, ao mesmo tempo, os capitalistas sugam da *força de trabalho* o máximo que conseguem para acumular *mercadorias*, visando a venda e compra, o que (MARX, 2014) refere-se ao *tempo de custo do capital*.

Então, ao entendermos alguns dos movimentos no *processo de circulação do capital* que subsidiam a existência da produção capitalista. É necessário compreender a forma que a mercadoria chega até nós e passa a fazer parte da *coisificação e fetichização*⁶ no capitalismo.

Sobre isso, embutido no sistema capitalista, existe a *Mercadoria*, sendo o produto do trabalho, correspondendo a todo gerador de valor no capitalismo. E, ainda, a *célula central* que o filósofo *Karl Marx* no *Livro I, O Capital* nos *capítulos I e IV* utiliza como objeto de pesquisa para entender as relações contidas na sociedade burguesa, e em sua forma de produção. A Mercadoria possui um *Valor de Uso*, contida na composição material da sua necessidade e utilidade; e também, possui *Valor* atribuído do trabalho, referenciando o *valor de troca*. Ou seja, esse valor é obtido através do tempo médio social, no qual, tal mercadoria levou para ser produzida, até o momento que chegam até nós. Quando atribuímos a essa mercadoria, um fim.

A importância da mercadoria no sistema capitalista, majoritariamente, procede desde o período colonial imperialista, até o momento mais proeminente, a Revolução Industrial. E, posterior a isso, cultuadas na reestruturação do trabalho, atualmente, os chamados capitalistas neoliberais. Estes, apoiam a intervenção mínima estatal e acreditam numa política de governo estritamente econômica. Desvinculam-se ao compromisso com as políticas públicas sociais. Além de contribuir com a alienação e o desconhecimento do contexto sócio histórico de um povo e das características culturais de uma dada população. Através disso, fica evidente como essas

⁶ De acordo com Marx, são obtidos através do processo de *alienação* no sistema capitalista. Correspondendo a perda do valor central do trabalho, da matéria prima, dos processos utilizados na criação e dos valores de uso. Ou seja, quando a mercadoria se perde em meio ao processo de produção do capital. Tornando-se socialmente, um valor material (econômico) munido de vida própria. Sobressaindo às relações sociais.

colônias dependiam incessantemente das terras como propriedade, para exploração mineral e cultivo agrícola, além das forças locais, subsidiando mão de obra barata, ou especificamente – *mão de obra escrava*.

Neste contexto, o recorte de gênero é necessário e fundamental, para demonstrar a forma que as mulheres indígenas e imigrantes negras trazidas ao trabalho, eram vistas na organização colonial. Em relação à exploração e dominação, “mais explicitamente, a condição da mulher terá de ser examinada através dos quatro papéis fundamentais por ela desempenhados, ou sejam, suas funções no domínio da produção, da sexualidade, da reprodução, e da socialização da geração imatura”, como afirmado pela (SAFFIOTI, 1976) acerca da relação de gênero na sociedade de classes.

Dentre isso, fica evidente que a invasão das colônias aconteceu em maior parte através dos países centrais já independentes, pois, buscavam contemplar seus interesses, logo visualizando a riqueza econômica originada nos países latino americanos. Entretanto, nestes momentos, os países dependentes latino americanos, passaram a sofrer uma série de dominação e exploração que discorre até os dias de hoje.

A forma mais nítida de exploração para a produção de riqueza econômica, e mais tarde a produção de mercadoria que fará parte do *ciclo produtivo do capital*. É a extração de matéria prima desses países latinos, pela possibilidade de maior produção econômica, através da mão de obra escrava e também pela dominação cultural local dos povos indígenas.

Hoje, o que vemos é uma promulgação do que aconteceu anos atrás. Ainda, se perpetua arduamente sobre o massacre de um sistema eurocentrista e patriarcal, sob várias minorias que resistem e carecem de reconhecimento, direitos no acesso às políticas sociais, saúde, comida e enfim, trabalho, para a possibilidade de subsistência digna.

O sistema capitalista respalda sobre a organização estrutural já pré estabelecida em conceitos conservadores e liberais, a partir disso, encontra-se o gerador desse motor ininterrupto – a mercantilização. A mercantilização encontra-se na relação dos instrumentos e meios que geram valor para o capital, sendo a força de trabalho uma delas, se não a principal.

De acordo com *Karl Marx* no *Livro II d' O Capital cap. II*, a mercantilização é atribuída a comercialização de dada mercadoria. Nestes processos, a mercadoria só existe pela disposição de um *capital adiantado* em cima de um *capital monetário*. Por exemplo, para que alguma mercadoria gere valor no ciclo do capital é necessário que tenhamos: *capital individual ou coletivo*, para investir no *capital fixo*. Ou seja, em matéria prima, espaços, equipamentos, tecnologia, e meios para a produção de determinada mercadoria. E, no *capital variável*

representado pela força de trabalho denominada como a mais importante e ao mesmo tempo desvalorizada nesse processo do capital.

A importância da força de trabalho para a formação estrutural brasileira, coloca-se dentro da análise, baseado no conceito de capital variável, de acordo com Karl Marx. Representando atualmente a categoria da classe trabalhadora. Porém, a particularidade do contexto sócio histórico no Brasil, é também demarcada pelo trabalho escravo, situação que abarcou outra organização social, em relação a isso, houve a existência da dominação cultural e social pelos países centrais imperialistas. Bell Hooks em seu livro *Olhares Negros*, constata a dominação exercida pelos europeus, nada mais representou, do que uma crise identitária pela busca do novo e primitivo, com isso relacionando-se à questão de gênero, destaca:

“ A voracidade do olhar racista e sexista é exercido devorando corpos e culturas sem que haja uma redistribuição imaginária e real dos lugares dos sujeitos que têm o poder (os que olham e consomem) e dos que não têm (os que são vistos e são mercadorias de olhares).”

As mulheres indígenas e africanas, respectivamente, contemplam a população mais atingida pelas variadas formas coercivas no neocolonialismo. A perspectiva europeia colonizante mantinha uma imagem pejorativa, discriminatória e desumana sobre os povos originários e imigrantes africanos, mantidos em trabalho escravo. Cria-se, portanto, a dependência da força de trabalho que reflete até os dias atuais. Agora, sob influência dos mecanismos reprodutivos latentes do capitalismo que “enquanto sistema econômico-social, está necessariamente ligado ao racismo e ao sexismo.” (FEDERICI, 2019)

Conseqüentemente, nos anos de 70 e 80 a sexualização das mulheres indígenas pertencentes ao território, e também, imigrantes africanas, foram fator de deslegitimação da independência feminina na época, “como desdobramentos desse tipo de aproximação a experiência humana dessas mulheres foi obscurecida em detrimento de uma idealização insensível à diversidade étnica e cultural dos povos indígenas da América do Sul” (LASMAR, 1999), e ainda, as mulheres escravizadas eram tidas com funções demarcadas nos cuidados da casa e dos filhos do senhor de engenho, quando não exploradas sexualmente, tornando-as objetos sexuais, “ao caracterizar a função da escrava no sistema produtivo (prestação de bens e serviços) da sociedade escravocrata”. (GONZALES, 1984)

No Brasil, somente em 1930, a população insatisfeita, frente ao pauperismo⁷, caracterizado fortemente pela exploração da força de mão de obra, os baixos salários e as altas jornadas de trabalho, desencadeia a defasagem estatal, no que diz respeito aos direitos trabalhistas, territoriais, sociais e educacionais, entre outros. A classe trabalhadora passa ter conhecimento da cidadania; inclusive as mulheres conquistam o direito ao voto e aos cargos legislativos. Após várias discussões advindas do descontentamento populacional, os movimentos

⁷ Nível acentuado de pobreza na sociedade, dando vazão à *questão social*.

populares, junto aos operários fabris de alimentos e mineração decidem manifestar a favor da criação dos direitos sociais compatíveis com a realidade enfrentada. Assim, observa-se que:

“É, portanto, impossível associar o capitalismo com qualquer forma de libertação ou atribuir a longevidade do sistema à sua capacidade de satisfazer necessidades humanas. Se o capitalismo foi capaz de reproduzir-se, isso se deve somente à rede de desigualdades que foi construída no corpo do proletariado mundial e à sua capacidade de globalizar a exploração. Esse processo segue desenvolvendo-se diante de nossos olhos, tal como se deu ao longo dos últimos quinhentos anos.” (FEDERICI, 2019)

A partir disso, podemos compreender os fatos que atravessam nosso cotidiano na contemporaneidade brasileira. A partir do racismo estrutural, e do sexismo, formam-se construções ideológicas naturalizadas que se manifestam como uma *neurose social*⁸.

Fica perceptível a vertente econômica, política e social seguirem o padrão estrutural patriarcal, iniciado desde a invasão em solo brasileiro, até o momento atual, manifestado em diversas vivências, contextos e inclusive nos ambientes de trabalho.

“[...] O capitalismo precisa justificar e mistificar as contradições incrustadas em suas relações sociais – a promessa de liberdade frente a realidade da coação generalizada, e a promessa de prosperidade frente à realidade de penúria generalizada – difamando a “natureza” daqueles a quem explora: mulheres, sujeitos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização.” (FEDERICI, 2019)

Por outro lado, as relações sociais foram atravessadas por diversas formas de opressão e discriminação ao longo dos anos, essa complexidade antecede o sistema capitalista estrutural. Contemporaneamente, o modo de produção e reprodução no capitalismo fortifica, como por exemplo, a reprodução do patriarcado dentro da sociedade e do capital. Além de, reproduzir diretamente outras diversas desigualdades.

Deste modo, neste capítulo é nítido toda a construção histórica, social e econômica contida implicitamente no modo de produção e reprodução do capitalismo a respeito da questão de gênero, no que tange às relações sociais de exploração. Recapitulando através das bases reflexivas dos autores citados, entre recortes de diálogos (a)temporais, explicando a situação de dependência da América Latina, e toda influência que ultrapassa as interações sociais da população brasileira.

A intenção foi deixar passível o entendimento das profundezas contextuais históricas, nas quais, os debates sobre: o *trabalho* e o espaço *público x privado*, transcorrem pelo *modo de*

⁸ Termo utilizado pela *Bell Hooks* que explica através de uma análise psicanalítica e social, a relação entre a mulher negra e o racismo estrutural dentro da sociedade de classe.

produção capitalista, e, dentro da divisão sexual do trabalho; influenciando diretamente as relações sociais existentes.

Redirecionando ao debate proposto na pesquisa, uma vez que, a dinâmica existente na atividade de trabalho deveria ser dada na possibilidade de atender as subjetividades do ser social. Caso isso acontecesse, a atividade central do trabalho iria crescer proporcionalmente ao indivíduo, ampliando a sociabilidade cultural, artística, física e mental. Mas, como vimos, o processo é implícito da estrutura funcional do capitalismo, é dotado de uma dominação e naturalização de um sistema econômico massificador e sexista.

A partir das análises construídas, aprofundaremos acerca da questão de gênero. Obtida no âmbito histórico, social, cultural dentro da perspectiva das mulheres trabalhadoras. Dentro da atividade de trabalho e seus impactos.

“[...] Tome minha boca pra que eu só fale
Aquilo que eu deveria dizer
A caneta, a folha, o lápis
Agora que eu comecei a escrever
Que eu nunca me cale

O jogo só vale quando todas as partes puderem jogar
Sou Frida, sou preta, essa é minha treta
Me deram um palco e eu vou cantar
Canto pela tia que é silenciada
Dizem que só a pia é seu lugar
Pela mina que é de quebrada
Que é violentada e não pode estudar
Canto pela preta objetificada
Gostosa, sarada, que tem que sambar

Dona de casa limpa, lava e passa
Mas fora do lar não pode trabalhar
A dona de casa limpa, lava e passa
Mas fora do lar não pode trabalhar
A dona de casa limpa, lava e passa
A dona de casa

Não precisa ser Amélia pra ser de verdade
Cê tem a liberdade pra ser quem você quiser
Seja preta, indígena, trans, nordestina
Não se nasce feminina, torna-se mulher[...]” (BIA FERREIRA, 2019)

CAPÍTULO II - RELAÇÕES SOCIAIS, TRABALHISTAS E OCUPACIONAIS DO GÊNERO FEMININO.

No capítulo dois, será abordado a relevância da epistemologia de gênero, em conjunto com conceitos de raça e classe para compreender as manifestações políticas, sociais e econômicas regidas pela consolidação estatal. Compreendendo os impactos causados à realidade das mulheres. Por isso, dividiremos o capítulo em três subitens. O primeiro subitem intitulado Desmistificação da questão de gênero, discutiremos a necessidade em compreender conceitos estabelecidos erroneamente pela sociedade patriarcal ao longo dos anos.

O subitem dois, intitulado Inserção das mulheres no mercado de trabalho, discutiremos o modo no qual a formação sócio histórica contribui para o retrocesso no processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho condicionando-as ao espaço generificado.

No subitem três, intitulado Estrutura de opressão, discutiremos com base na configuração do capitalismo, a manifestação da dinâmica na realidade brasileira opressiva ao longo da história nos diferentes contextos sociais.

2.1. Desmistificação da questão de gênero

Para adentrar no aspecto de gênero que permeia nossa sociedade, em geral. E explicar como esse entendimento é diretamente influenciado pelo funcionamento do sistema capitalista, desenvolvido através dessas válvulas de dominação cultural eurocêntricas para alimentar com garantia o modo sistêmico de funcionamento. Precisamos, inicialmente, entender o contexto histórico, social, econômico, cultural, no geral político no Brasil, onde prevalecem todas essas importantes nuances da organização e estrutura desse sistema, rebatendo sobre as mulheres trabalhadoras. Portanto, neste mesmo item, haverá posteriormente dados analíticos sobre como desencadeou a divisão sexual do trabalho nesses espaços.

Devemos nos atentar para a formação da segregação do entendimento de gênero, desde muitos anos, introduzido no interior das relações sociais, alimentando o ciclo de compra e venda do capital, além de, propriedade, invisibilidade, e apagamento do gênero criando-se um “processo de naturalização de uma discriminação exclusivamente sociocultural” (SAFFIOTI, 1987, p. 15)

Esclarecendo o conceito de gênero na sociedade, fez-se necessário a busca epistemológica para entender como sempre as mulheres foram subjugadas na sociedade, ocupando lugares privados e de invisibilidade por serem biologicamente diferentes dos homens. Esses conceitos, sinalizam para uma das várias problemáticas sociais, desde a primeira Constituição Republicana

a ser pleiteada no Brasil, em 1891, já estabelece em lei a igualdade entre os indivíduos, independente dos fatores e diferenças sociais. Sobre isso Saffioti (1987) explica:

“Do exposto pode-se facilmente concluir que a inferioridade feminina é exclusivamente social. E não é pela igualdade social que se luta: entre homens e mulheres, entre brancos e não-brancos, entre católicos e não-católicos, entre conservadores e progressistas. Afinal, travam-se, cotidianamente, lutas para fazer cumprir um preceito já consagrado na Constituição Brasileira.” (p. 15)

Baseando-se nas primeiras organizações sociais existentes, construiu-se a matriz machista que segrega os gêneros como inferior e superior desde o primórdio da formação social. Por exemplo, no século XIX, pensadores se pautavam nas buscas dos fenômenos que ocorriam na sociedade. E para isso, encontraram respostas, como, a diferenciação biológica no crânio e nos órgãos reprodutores, sinalizando o preconceito mal fundamentado contra as mulheres e os negros na sociedade. Isso por não manterem as mesmas particularidades biológicas.

Referente às primeiras formações ainda sob o período medieval, cada ambiente denominado como meio social cultural, ao entrarem em contato com grupos diferentes espelham-se em comportamentos e atitudes, a fim de, ocuparem lugares e demarcarem a formação do ser social humano genérico, como, por exemplo, alguma subjetividade e ou particularidade. Logo, são condenados negativamente sobre um olhar naturalizado vindo dos centros europeus, existentes na época pelas colonizações, reforçando as idéias da igreja católica, ou seja, o olhar puramente eclesiástico recaia sobre a política e sociedade da época.

A respeito disso, se contextualizarmos desde do momento da Revolução Francesa, os filósofos e sociólogos sempre bateram na tecla da desigualdade de gênero, Simone Beauvoir (1970) completa:

“Não raro, também os dois grupos em presença foram inicialmente independentes; ignoravam-se antes ou admitiam cada qual a autonomia do outro; e foi um acontecimento histórico que subordinou o mais fraco ao mais forte: a diáspora judaica, a introdução da escravidão na América, as conquistas coloniais são fatos precisos.” (p. 12)

Há também, por exemplo, nomes conhecidos como Rousseau, Aristóteles, Santo Tomás e entre outros. Esses filósofos, defendiam a ideologia da inferioridade intelectual e política do gênero feminino, pois acreditavam irracionalmente no papel pré-estabelecido para a família, como exemplo para a função essencial progenitora. As mulheres deveriam submeter-se a superioridade dos homens, também em meio a introdução da monogamia estruturante, tendo a função de moldar a legitimação distinta nas relações afetivas entre os gêneros femininos e masculino, isso, quando refletimos sobre a não-aceitação social tida através dessas relações.

No Brasil, por exemplo, especificamente em Minas Gerais, de acordo com o *Livro História das Mulheres no Brasil de 2002*, as relações entre a vida familiar e a social contendo

culturas e costumes foram fortemente munidas pelo poder do Estado e da Igreja Católica, responsável pela fiscalização dos comportamentos sociais que deveriam ser influenciados concomitantemente sobre a ideologia eclesiástica, e econômica dentro da organização social da época. Como demonstrado:

“A política de defesa do casamento para a constituição de famílias legais e o combate às uniões consensuais ganharia força redobrada nas comunidades que se formaram rápida e atropeladamente nas Minas Gerais. Com o desenvolvimento da mineração, a Coroa tomaria medidas mais consistentes em sua política familiar. Até então, tudo fazia crer que nas regiões tradicionais da colonização portuguesa o patriarcalismo dos grandes proprietários rurais substituiria a necessidade de ação efetiva do Estado na garantia de uma disciplina social.” (FIGUEIREDO, *apud*, PRIORE, 2002, p. 167)

Em controvérsia, antes da chegada de quaisquer acumulação econômica, ou seja, as propriedades privadas, as mulheres nas comunidades tribais não eram tidas como submissas, “era o matriarcado, a predominância da mulher na comunidade tribal. Significa, como conclusão essencial, que a mulher nem sempre esteve submetida ao processo de opressão pelo homem.” (SIQUEIRA, 2019, p 14). Contudo, mesmo acontecendo num momento distante do atual, ainda sim, podemos notar o modo no qual o sistema capitalista e suas nuances agem implicitamente, através dessas imposições na construção estrutural e nas concepções funcionais patriarcais.

As análises em torno do gênero feminino na sociedade, “convém demonstrar que a perseguição a bruxas (assim como o tráfico de escravos e os cercamentos) constituiu o aspecto central da acumulação e da formação do proletariado moderno, tanto na Europa como no Novo Mundo” (FEDERICI, 2019, p. 20), deixa inegável a existência da dominação estrutural que se deu início no século XII, ainda na Idade Média, concedida pela Inquisição igreja católica abrangendo o momento definido como perseguição incessante às mulheres denominadas socialmente como bruxas, caracterizadas por mulheres que na maioria das vezes, não possuíam acompanhantes homens, e também, não possuíam poder econômico. Prescrevia a posição ideal naturalizada da época como inadequada à sociedade fundada.

Isso, naquela época, já demonstrava uma distorção do reconhecimento do gênero feminino como pertencente apenas sob cuidados masculinos, a partir da existência familiar. Outras características também foram encontradas entre essas perseguições incessantes, como mulheres possuintes de deficiência física, em idade avançada, viúvas, possuintes de grande conhecimento intelectual e medicinal com as plantas naturais, entre várias outras denominações. Julgavam a condição da mulher perante sua posição na sociedade. Retirando-lhes seus poderes políticos e escolhas individuais, diante daquela época atravessada por tratamento político, econômico e social restrito ao gênero feminino. Relativamente a isso:

“Nesse mesmo auge da Idade Média, a Igreja criava também a Inquisição – como a universidade, exclusivamente masculina – preparando o terreno institucional, mas

sobretudo ideológico, para a caça às bruxas subsequente àquela aos heréticos. Então, a ideologia dominante reforçava as bases da polarização da imagem feminina – Maria e Eva, a Santa e a bruxa – que modelariam, não apenas mentalidades e gostos, mas muito concretamente, todo o aparato jurídico, político, econômico e médico justificando a subsequente exclusão polivalente das mulheres dos lugares de poder, cujo nadir acontece no século XIX” (DABAT, 2002, p. 26)

Esse momento histórico marcou o período de maior genocídio feminino, perseguição e punição às mulheres. Fica claro através disso, e até os dias atuais que a perseguição ao gênero feminino sempre existiu, o feminicídio deu-se início desde os anos 1400, onde:

“[...]encontra-se, ademais, dominada, nos seus mínimos detalhes, por uma religião masculinizada ao extremo e afirmando uma misoginia estrutural, tanto do ponto de vista teológico quanto institucional. Pois a Reforma Gregoriana, magnificando o ramo eclesiástico secular (exclusivamente masculino) acentuara sobremaneira essa característica. (idem, p. 26)

À vista disso, “portanto, as forças que concorriam para diminuir o espaço feminino na sociedade acumulavam grandes potência e abrangência” (idem, p. 26), e infelizmente até hoje não cessou.

Além dessas análises, existe também o momento fundamental de desenvolvimento da organização social entre as colônias e metrópoles no século XVIII. O racismo estrutural, faz parte da sociedade brasileira e está presente desde o início da sua organização social, política e econômica, “nesse sentido, a determinação *sexo*, enquanto determinação comum serve as determinações essenciais de cada uma das configurações estruturais histórico-sociais” (SAFFIOTI, 2013, p.229). O fator agudiza-se, ainda mais, quando falamos sobre a falta de reconhecimento, pertencimento e legitimidade dos direitos sociais equitativos acerca de gênero e raça. Ou seja, “a aparência necessária sob a qual se escondem os verdadeiros mecanismos de operação de cada modo específicos de produção.” (idem). Atribuído a isso, podemos relacionar essa dominação cultural sócio histórica à expressão pela arte de mulheres que marcaram uma geração com seus posicionamentos, dito isso, Elza Soares reproduz que:

“[...] A carne mais barata do mercado é a carne negra
(Dizem por aí)

A carne mais barata do mercado é a carne negra

A carne mais barata do mercado é a carne negra

A carne mais barata do mercado é a carne negra

Que fez e faz história

Segurando esse país no braço, meu irmão

O cabra que não se sente revoltado

Porque o revólver já está engatilhado

E o vingador eleito

Mas muito bem intencionado

E esse país vai deixando todo mundo preto

E o cabelo esticado

Mas mesmo assim ainda guarda o direito [...]” (ELZA SOARES, 2002)

A partir da dominação colonial, preulssor do escravagismo, a exportação dos corpos negros deixou evidente a desigualdade racial existente. No que tange, a predominância senhorio branca e patriarcal o corpo preto feminino era tido como objeto de reprodução, para e passível de, abusos, violências e casos extraconjugais, vulnerabilizando ainda mais a condição de existência das mulheres escravizadas. Esses momentos marcaram o início da objetificação e submissão patriarcal em relação ao corpo feminino negro. De acordo com o Luciano Figueiredo falando sobre Mulheres nas Minas Gerais, no *Livro História das Mulheres no Brasil* (PRIORI; BASSANEZI, 2002) fora gerado grande preocupação sobre o aumento da população naquela época, e tudo isso, levava a miscigenação o que era um fator preocupante para a elite metropolitana, pois:

“[...] a miscigenação poderia acabar comprometendo a continuidade da comunhão de interesses na relação colônia-metrópole. Chega a ser desnecessário lembrar que para a ideologia colonialista os mestiços, em geral libertos, representavam uma população indisciplinada e inquieta socialmente, desclassificados e desligados do sistema escravista - exportador. Toda ação estava orientada por um caráter nitidamente racial: tratava-se da preservação da pureza de classe dos homens bons, o que, em última instância, reforçava a elite em âmbito local[...]” (p.170)

Sobre o período de escravismo e a concepção tida da vivência da mulher negra na sociedade e no espaço de trabalho (DAVIS, 1981), precisamente pontua:

“[...] O enorme espaço que o trabalho ocupa na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras.” (p.24)

E ainda sobre a relação de trabalho “o sistema escravagista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero.” (idem,p.24) mas quando referidas às outras jornadas, não eram reconhecidas. Ou seja, eram oprimidas, abusadas, sexualizadas e exploradas. E para além dessas circunstâncias, ainda hoje, são as que mais são vulnerabilizadas nos ambientes laborais.

Com isso, ao pegarmos o recorte de classe e raça para contemplar, mais um dos, vários ataques diretos ao gênero feminino. Anteriormente, as mulheres chamadas *bruxas* na maioria das vezes existiam sobre um contexto de vulnerabilidade social e sob ataques punitivos. As mulheres consideradas *escravas* viviam sobre o contexto altamente insalubre de exploração no trabalho e sexual. Essas definições históricas mostram o surgimento da condição contemporânea da mulher perante a sociedade patriarcal. “A constituição histórica da formação econômico-social capitalista representa a absorção de crescentes números de mulheres no sistema dominante de produção de bens e serviços, apenas até certo ponto.”(SAFFIOTI, 2013, p. 331) O início da organização social e todos seus reflexos de dominação e invisibilidade referente ao gênero feminino, cor da pele e orientação sexual, entre outros diversos recortes, majoritariamente, atualizam-se a partir de novas circunstâncias trazidas através dos novos momentos da organização capitalista.

Sob esses fatores de discriminação e violência pela cor da pele, vivenciado pelas mulheres, observa-se amplamente a reflexão sobre esses impactos na vida social e profissional delas, ocorrentes ainda nos dias de hoje. Confirmado através da nossa formação sócio histórica, a predominância pelo domínio branco na sociedade capitalista; (CONCEIÇÃO EVARISTO,2008) retrata perfeitamente através da sua vivência cotidiana com sua família, fatos memoráveis que marcaram sua trajetória de vida, e ainda, repassa a ideia dos momentos contidos de discriminação, violência, e submissão das mulheres na época, no poema *Vozes Feminina*:

“A voz da minha bisavó
Ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoou versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.” (EVARISTO, 2008, p. 10-11)

Através dessa composição artística de Conceição Evaristo, que emociona e retrata a realidade vivenciada pelas mulheres negras, é possível colocá-la também sob a perspectiva de gênero. Se, considerarmos a desigualdade no cotidiano do gênero feminino em toda sociedade:

“A violência seria presença marcante nesse processo. Ainda mais que naquele momento a postura das classes dominantes era mais de coerção do que de direção intelectual ou moral. A análise do caráter multiforme da violência que incidia sobre as mulheres pobres e das respostas por ela encontradas para fazer face às mazelas do sistema ou dos agentes e sua opressão é fundamental. Cabe considerar não só a violência estrutural que incidia sobre as mulheres, mas também aquelas formas específicas decorrentes de sua condição de gênero; esses aspectos se cruzam na maioria das situações.” (SOIHET, *apud*, PRIORE, 2002, p. 362)

No decorrer das várias circunstâncias presentes nas vivências das mulheres em diversas camadas de representações da esfera social. A que trataremos aqui, mais especificamente, é a do trabalho. Podendo assim, refletir sobre a influência da atividade do trabalho na condição social genérica, no qual, um indivíduo recebe domínio capitalista, patriarcal e cultural específico dessas atividades reestruturadas. Fazendo com que a atividade central humana, passe a se responsabilizar e ter um grande poder sobre a sociabilidade *privada x pública* da população. Como dito:

“No plano das classes sociais, a maioria esmagadora dos homens é constituída de trabalhadores que, em troca de um salário, obedecem às ordens de patrões. Estes constituem a minoria que detém poder econômico. A esta forma de poder associa-se, quase sempre, o poder político. Esta associação permite à minoria impor regras de conduta à maioria. É desta forma que os poderosos disciplinam e controlam a mão de obra assalariada, cujo trabalho lhes garante auferir grandes lucros.” (SAFFIOTI, 1987, p.21)

Ganhando influências prejudiciais constituídas na sociedade capitalista que ficou explícito no item anterior.

O modo organizacional da sociedade sobressai uma vertente economicista que segrega e exclui parte da população, baseado nesses critérios observa-se a questão *de raça, gênero e classe*. Sendo, esses os mais vulnerabilizados quando nos referimos aos acessos aos programas públicos sociais e também privados, aqui abordaremos, no que tange a política de saúde. Quando nos referimos a isso, vem a tona o obscuro momento pandêmico que vivenciamos, e ainda, faz parte da nossa realidade.

Quanto a isso, vale pontuar de início, a partir de toda análise conjuntural analisada até o momento, retratando formas subversivas que segregam, dificultam e afastam o gênero feminino do ambiente público. Algo já impregnado no âmbito sociocultural, e reforçado pelas novas reestruturações do trabalho e do modo estrutural do capital. Tornando-se cada vez mais vulnerabilizados o acesso das mulheres nesses ambientes laborais, “a pequena capacidade reivindicatória da mulher faz com que se comporte mais ou menos passivamente nas relações de trabalho, impedindo-a de assumir posições estratégicas que poderiam melhorar sua posição de barganha no mercado de trabalho” (SAFFIOTI, 2013, p. 332), e ainda, observa-se uma precarização, no que tange a legislação, responsável por criar, regular e garantir os direitos trabalhistas. Além de restringir os acessos aos direitos sociais, aqui, referente a Política de Saúde, causando grande impacto na saúde mental das mulheres. Isso, porque todas essas engrenagens do modo de produção do capital, e concomitantemente, as várias jornadas de trabalho, e ocupações moldam as interações sociais do gênero feminino.

A mão de obra, ou seja, a força de trabalho ao ser comercializada, passa a tornar-se uma mercadoria fundamental para o progresso da produção capitalista. A mão de obra feminina passa ser vantajosa, uma vez que, a “necessidade premente de baixar os custos da produção, seja, em virtude de atravessar a sociedade o período de acumulação originária, seja pela necessidade de elevar seu ritmo de crescimento econômico” (SAFFIOTI, 2013, p. 332) desviando-se da atividade central reconhecida pelo trabalho, em moldar a natureza para construção de algum bem útil à formação humana, assim sendo, “a mercadoria passa a ser, então, a portadora e a expressão das relações entre os homens” (NETTO; BRAZ, 2002, p. 105). Isso ocorre dentro do que conhecemos por *fetichismo* da mercadoria, sendo ele a transposição dos significados subjetivos, por outros puramente economicistas, invertendo as relações e sendo utilizado como meio sintético no qual o capitalismo se escora. Netto e Braz (*idem*) assinalam ainda que:

“Quando a produção mercantil está desenvolvida, para produzir as mercadorias é necessária uma ampla divisão do trabalho: há vários ramos de produção e, na composição de uma só mercadoria, entram muitas outras – em suma, surge uma grande dependência mútua entre todos os produtores, o que significa que o trabalho de cada um deles (que chamaremos de *trabalho privado*) é parte do conjunto do trabalho da sociedade (o trabalho *social* ou *total* e só é possível no seu interior.” (p.104)

Ou seja, trocando a vertente das relações sociais humanas pelas diferentes produções de mercadorias que se distinguem, porém, baseando-se na comercialização de diversos meios que trazem lucro e contribuem para a circulação do capital financeiro. A *mão de obra explorada* pelos capitalistas é o exemplo fundamental.

Referente a isso, temos a nova concepção da atividade de trabalho já estabelecida na estruturação social do capital “todas as transformações implementadas pelo capital têm como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 230). A força de trabalho, sendo uma constante variável para o movimento do ciclo capitalista, traz em seu núcleo a utilização e subordinação da mão de obra dessas camadas sociais mais vulneráveis. Partindo do pressuposto que, para existir na sociedade e perante o sistema capitalista fica evidente a utilização da exploração da força de trabalho e do *exército industrial de reserva*⁹ que preenche a lacuna funcional, e até o momento única, tendo em vista, a impossibilidade de outra organização estatal, referindo-se a este sistema como o único possível. Excluindo outras formas organizacionais.

Exposto isso, é inegável a naturalização da desigualdade dada ao gênero feminino nesses espaços de trabalho. A partir da construção patriarcal que invisibiliza as subjetividades e várias outras jornadas de ocupação da mulher. Sobre essa desigualdade no âmbito laboral Margareth Rago diz:

“Isso significa que lidamos muito mais com a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que com a sua própria percepção de sua condição social, sexual e individual. Não é à toa que, até recentemente, falar das trabalhadoras urbanas no Brasil significava retratar um mundo de opressão e exploração demasiada, em que elas apareciam como figuras vitimadas e sem nenhuma possibilidade de resistência. Sem rosto, sem corpo, a operária foi transformada numa figura passiva, sem expressão política nem contorno pessoal.” (RAGO, *apud*, PRIORE, 2002, p 579)

O intuito de expor essas ideias trazidas de referências bibliográficas distintas é contextualizar de forma abrangente a necessidade de reconhecimento de gênero dentro das várias perspectivas de classe, raça, orientação e ocupação social. A fim de, manter legítima a base ideológica sobre a importância da mulher na construção social, nos diferentes espaços. Para que possam gerir suas vivências na vida pública, privada, política, econômica, cultural, religiosa entre várias outras possibilidades de escolhas arbitrárias e individuais.

Dito isso, o contexto social marcado por desigualdades está tão bem dominado e controlado por imposições da política de estado tornando possível notar através dessas análises, as consequências acerca das relações de trabalho. Atingindo mais fortemente as mulheres, tendo

⁹ Karl Marx, refere-se a um conceito que explica se sobre o movimento do capital que retira os trabalhadores do ciclo de produção, aumentando o processo de acumulação capitalista e, gradativamente, o número de trabalhadores desempregados formando um *Exército Industrial de Reserva*.

em vista a desigualdade salarial que de acordo com o IBGE elas recebem 20,5% a menos que os homens. Ocupando, apenas, 2% dos cargos de liderança na ciência e tecnologia. A taxa de desemprego por sexo¹⁰, também é um dado importante a ser considerado, pois são 53,9% de mulheres desempregadas, no 1º trimestre de 2022. Enquanto, a taxa dos homens é cerca de 46,1%. Tendo em vista, a escolaridade da mulher, maior que a dos homens, de acordo com IBGE¹¹.

Através disso, podemos destacar ainda o crescente disfuncionamento ligado a saúde mental das mulheres no ambiente laboral, de acordo com a pesquisa *Women @ work 2022* realizada pela *Deloitte*¹². Elas apresentam um esgotamento mental, fruto da falta de reconhecimento e pertencimento no trabalho. Como apontado:

“A pesquisa também aponta alguns avanços, como o fato de 43% das mulheres se sentirem confortáveis para falar sobre saúde mental no trabalho e 44% afirmarem ter apoio adequado do empregador em relação ao tema. No entanto, as mulheres demonstram querer se afastar dos empregadores: 52% planejam deixar seus cargos nos próximos dois anos e 10% estão procurando novos trabalhos. Os principais motivos citados são o esgotamento (38%) e a remuneração inadequada (27%).”

As pesquisas trazidas, refletem acerca do que vem sendo discutido durante a pesquisa, por fim, exemplificam a situação atual das mulheres no ambiente de trabalho. E, o quanto essa realidade que enfrentamos diariamente, vem sendo prejudicial a nossa vivência humana genérica. No cotidiano, há uma série de desafios que ultrapassam apenas o ambiente laboral de trabalho, está impregnado na formação organizacional, estrutural e quase orgânica das relações sociais. Vimos que desde muito antes, essas consolidações existiam, porém de formas muito mais emblemáticas e violentas. Hoje elas ainda estão presentes, mas ocupando outras caracterizações, relativas a um diferente tempo sócio histórico. Ou seja:

“As relações entre homens e mulheres deveriam ser, portanto, radicalmente transformadas em todos os espaços de sociabilidade. Num mundo em que mulheres e homens desfrutavam de condições de igualdade, as mulheres teriam novas oportunidades não só de trabalho, mas de participação na vida social. A condição feminina, o trabalho da mulher fora do lar, o casamento, a família e a educação seriam pensados e praticados de uma maneira renovada.” (RAGO, *apud*, PRIORE, 2002, p. 597)”

¹⁰ Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=destaques> Acesso em: 01 ago, 2022.

¹¹ Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=resultados> Acesso em: 01 ago, 2022.

¹²

Disponível

em:

<https://www2.deloitte.com/global/en/pages/about-deloitte/articles/women-at-work-global-outlook.html> Acesso em: 01 ago, 2022. Deloitte. revista responsável por informações acerca do mundo corporativo, reconhecida globalmente. Produziu a pesquisa sobre as consequências oriundas da pandemia, para a saúde mental das mulheres trabalhadoras.

Portanto:

“Outra vez são as mulheres as maiores vítimas da atual crise política do capitalismo – e elas também são as protagonistas da luta para solucioná-la de forma emancipatória. Para nós, entretanto, a solução não é apenas colocar mais mulheres nas cidadelas do poder. Tendo sido excluídas da esfera pública por muito tempo, precisamos lutar com unhas e dentes para sermos ouvidas a respeito de temas que têm sido cotidianamente desprezados como “privados”, como o assédio e a agressão sexual.” (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019 p. 60)

Em suma, no próximo item trataremos da junção dessas análises, postas até aqui. Acerca de como essas novas reestruturações no trabalho impactam e geram grande defasagem na vida cotidiana das mulheres, mais especificamente, aprofundando sobre a saúde mental em tempos de pandemia. Esses impactos encontram-se presentes nos dias de hoje. O desenvolvimento do capitalismo econômico conservador, é um dos grandes propulsores nos cortes orçamentários na gestão de políticas sociais, das legislações trabalhistas, e ainda, abre espaço para a invisibilização de muitos direitos constitucionais promulgados através de muita luta das mulheres trabalhadoras.

2.2. Inserção da mulher no mercado de trabalho

A sociedade brasileira é demarcada pelas suas historicidades particulares, advindo de um desenvolvimento sociopolítico debilitado como já aprofundamos acima, retrata uma sociedade pouco desenvolvida quando nos remetemos à inserção da mulher no âmbito social, mais precisamente, na atividade do trabalho.

Historicamente, em meados dos anos 1880, devido a imigração subsidiada que ocorreu em terras brasileiras, para o trato com lavouras cafeeiras, subsidiou-se o início da mão de obra familiar, potencializando o capital na sua produção agroexportadora.

De acordo com o censo¹³ em 1890, “[...] os resultados desse censo, a população do Brasil seria de 14 333 915 habitantes, dos quais 7 237 932 eram do sexo masculino e 7 095 983, do feminino”. A substituição da mão de obra escrava pela mão de obra “livre” na agricultura de exportação, marca a figura da mulher colona, que obtinha papel importante, porém, nada valorizado pela sociedade patriarcal. Assim, é atribuído a essas mulheres várias funções, como o trabalho de casa, dos cafezais e o da roça para sobrevivência da família. Elas não eram consideradas trabalhadoras individualizadas, pois, estavam englobadas na organização do trabalho familiar, e conjuntamente, faziam parte da sociedade moldada pela ideologia dominante e preponderantemente sexista.

¹³ Censo Demográfico, caracteriza-se pela principal fonte de referência para o conhecimento da expectativa de vida da população em território nacional. Disponível em: [Censos Demográficos | Memória IBGE](#). Acesso em: 14 fev. 2023.

Já em 1960, o quadro começa a se alterar em decorrência da industrialização, de acordo, com o Censo de 1960 a população alcança 70 070 457 habitantes¹⁴. Registrando um considerável aumento populacional, caracterizado pela privatização de terras, gerando a imigração da sociedade rural para a cidade, alterando diretamente as relações sociais, políticas, culturais, econômicas, e principalmente, do trabalho.

Tendo como fonte principal as análises do materialismo dialético de Karl Marx sobre a sociedade capitalista e suas expressões, pontuadas aqui, mais fortemente sobre a atividade ontológica do trabalho. Ao analisarmos o desenvolvimento do modo de produção capitalista devemos, primeiramente, identificar seus estágios — *comercial, concorrencial, monopolista* — que inicia-se no processo da burguesia mercantil, estruturado pelo grande acúmulo de capital comercial para o controle das principais atividades econômicas. Em seguida, o estágio concorrencial, configura-se pelas mudanças políticas e técnicas que estabeleceram uma economia mundial. Surgindo a luta de classe adquirida da contradição do *capital x trabalho*.

No entanto, todos avanços e mudanças ocorridas após a primeira Revolução Industrial gerou uma onda de inovações e importantes desenvolvimentos no âmbito científico, conjuntamente econômico, sendo claramente funcional ao estado. Acentuando a intensa demanda fabril que ampliava-se cada vez mais, criando monopólios, abrindo caminhos para nova concentração e centralização capitalista de riqueza e disparidade social. A fase monopolista do modo de produção capitalista, desta forma, influencia diretamente causando enormes impactos refletidos na produção e reprodução da vida, luta de classes, exploração do trabalho, apropriação privada dos meios de produção, e certamente, do ponto mais acentuado em questão, a *divisão sexual do trabalho*.

Portanto, com a transformação da atividade de trabalho e a tendência da mercantilização das atividades humanas, o modo de produção capitalista adentra a fase imperialista, trazendo à tona novas formas de intervenção do estado frente à economia. A fim de, ocultar a contradição *capital x trabalho* que ganhava força em movimentos democráticos. O Estado desta forma cria aparatos para subsidiar sua produção e manter sua dominação econômica, cultural, política e patriarcal.

Através do processo de industrialização na cidade e a modernização da atividade ontológica do trabalho, provocando mudanças nas relações sociais do ser social ontológico. As mulheres começaram a inserir-se no ambiente fabril para garantir sua subsistência e de sua família. No entanto, a partir do momento no qual a mulher alcança a inserção como trabalhadora individualizada, o homem através dos preceitos socialmente construídos, perde suas funções centrais de “homem da casa”.

¹⁴ Disponível em: [Censos Demográficos | Memória IBGE](#). Acesso em: 14 fev. 2023.

Portanto, é necessário pontuar que as mulheres, mesmo inseridas no trabalho individualizado, ainda sim, foram submetidas a intensos processos de exploração e dominação, o que possibilita a compreensão da igualdade não alcançada. Mesmo com a conquista econômica independente. Essas desigualdades enfrentadas estão longe de ser meramente econômicas, “enfrentar esta violação persistente também pode reverter o impacto econômico da significativa queda de produtividade e aumento dos gastos com os cuidados de saúde”¹⁵ (UNIFEM,2010). Engloba a ideologia cultural pertencente em várias formas nas representações sociais. Sendo, uma delas, advinda da dominação sexista da invisibilidade no trabalho, tema a ser abordado na pesquisa. Caracterizado também, pela forma socialmente construída da mulher ligado à maternagem, inúmeras jornadas, fragilidade e submissão que transpassam pela *divisão sexual do trabalho*. A ONU Mulheres, por exemplo, em 2020 lança uma lista de ações de enfrentamento à pandemia da COVID-19, afirmando como neste período as inúmeras ocupações exercidas por elas se aprofundaram:

“Vemos, com tanta frequência, que as mulheres carregam o bem-estar dos países em seus ombros. No momento, elas estão trabalhando dia e noite e mantendo as sociedades unidas. Elas fazem isso por meio de cuidados de saúde, cuidados maternos, de pessoas idosas, ensino on-line, creches, farmácias, supermercados e assistência social. Em alguns países, tudo nessa lista é trabalho remunerado, embora muitas vezes seja menos bem remunerado do que as profissões tradicionalmente masculinas. Mas, em outros, o trabalho de cuidados que as mulheres exercem vem sem salário.” (ONU MULHERES, 2020)

Vimos então, que a mulher antes era valorizada apenas pela sua capacidade reprodutiva, com a modernidade capitalista, passa a ter outro valor, por meio de novas exigências do capital. A fim de ofuscar essa exploração invisível, a estrutura capitalista recorre a subsídios de valores moralmente construídos e naturalizados impregnados na imagem da mulher.

De acordo com Margareth Rago em *Trabalho Feminino e Sexualidade*, “nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, grande parte do proletariado é constituído por mulheres e crianças”(p 576). Apresentando 68% de mão de obra empregada na indústria de fiação e tecelagem, possuindo uma escassa mecanização. Em condições péssimas de higiene, além do salário baixo sem nenhuma legislação trabalhista, sujeitas ao assédio e sob grande controle disciplinar firmando a disparidade na divisão social do trabalho.

Ao aprofundarmos no trabalho das mulheres, especificamente no primórdio da industrialização brasileira, recorreremos às análises da *Pagu*, uma escritora feminista e comunista dos anos 30. Em sua obra *Parque Industrial*¹⁶, abordou a realidade da inserção das mulheres nas fábricas, conjuntamente as dificuldades por elas enfrentadas, sobretudo, pela exploração,

¹⁵ Disponível em: [UNIFEM | Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil \(UNIC Rio de Janeiro\)](#). Acesso em: 14 fev. 2023.

¹⁶ Patrícia Galvão, *Parque Industrial*, clássico do romance proletário. São Paulo: Alternativa, 1933.

invisibilidade e assédios sofridos no ambiente fabril, a fim de denunciar essas situações de dominação patriarcal capitalista sobre as trabalhadoras.

Surtindo efeito na camada social, por exemplo, o jornal O Amigo do Povo em 1902, também denunciava, “a que não se submete às exigências arbitrarias, não já do burguês [...] mas às dos capatazes, ao serviço dos mesmos senhores, é desacreditada e maltratada por esses homens sem consciência, até o extremo de optar entre a degradação e a morte”(p. 576). A incorporação de mulheres no âmbito do trabalho fabril, embora tenha acarretado a saída dessas mulheres das suas zonas naturais propriamente reproduzidas pela sociedade capitalista. Invés de proporcionar a emancipação, pelo contrário, é demarcado pela incessante super exploração e opressão vivenciadas por elas, em duplas jornadas de trabalho e alienação como trabalhadoras refletindo, simultaneamente, no conjunto das implicações sociais e sexistas condicionado ao trabalho feminino contemporâneo.

Incluído a isso, pouco são os aprofundamentos na identidade dessas mulheres das fábricas pelas visões delas mesmas. Pois, a construção masculina contorna ideologicamente a percepção social, cultural e individual. Atribuindo às mulheres uma imagem “vitimizada” e sem possibilidade para resistência. Demarcando-as apenas pela funcionalidade na produção, não pelas suas subjetividades emancipatórias de inserção. Ou seja, falar da mulher no âmbito trabalhista de anos atrás retrata, demasiadamente, o mundo de exploração e opressão nas particularidades do trabalho capitalista dentro da luta de classes.

2.3. Estruturas de opressão

O golpe militar de 64, segundo Paola Cappellin (*apud* PRIORE, 2004, p. 642) é um período no qual “os governos militares[...] enfraquecem os canais de integração social dos trabalhadores e reduzem drasticamente o acesso à cidadania social”. Somente, “entre 1979 e 1985 cresce rapidamente a mobilização de diferentes setores da sociedade exigindo a redemocratização do país, inaugurando novos conflitos e sacudindo o imobilismo das organizações de representação de classe” (*idem*, p. 643). Com a decorrência das greves e manifestações políticas sindicais observa-se o ganho de força contra a estrutura fabril e sua exploração acentuada do capitalismo. Nesse período, grande parte da população brasileira encontra-se insatisfeita, e em busca de redemocratização estrutural e política do Estado. Surgem novas perspectivas de luta dentro das representações de classes, a fim de encontrar respostas para resolver as latentes expressões da *questão social* que atingia toda a população. Buscando estratégias de renovação frente à responsabilidade estatal, para garantir melhores condições de vida e trabalho. Nessa altura do desenvolvimento do modo de produção, o âmbito social é deixado de lado.

É importante acentuar essas lutas instauradas no país, elas não referem exclusivamente a melhoria da condição do trabalho, contudo, englobam a perspectiva crítica e reflexiva da sociedade como toda, deparando-se ao novo modelo socioestrutural. Ou seja, neste bojo de reajustes sindicais e das lutas pela melhoria do cotidiano social, percebe-se a potencialidade dos trabalhadores, em geral, de ambos os gêneros, raça e classe social. Como Paola Cappellin *apud* Priore, 2004 afirma, “é justamente na confluência entre a herança histórica do sindicalismo e as lutas pela melhoria das condições de vida que se começa a perceber que a população trabalhadora engloba ambos os sexos, cada um com responsabilidades diferentes no seio da família” (p. 644).

No entanto, nota-se ao decorrer dessas modificações do modelo social no seio do desenvolvimento capitalista, a sociedade, mais especificamente — a mulher — busca proporcionar oportunidades e reconhecimento equitativos entre os gêneros e as minorias sociais. Porém, passa pelo ocultamento tardio, interrompido, através da grande união entre grupos de mulheres, organizações sindicais, partidos e vários outros segmentos, a fim de, repensar a divisão sexual do trabalho, a implementação de leis previdenciárias e trabalhistas, e ainda, abrindo grande aval para a criação dos Ministérios: Trabalho, Educação e Saúde Pública. Ou seja, o ano de 1930 foi o marco para a história da redemocratização do país. Inclusive, o ponto de partida na criação e implementação das Políticas Sociais, vão se expandir a partir dessas lutas populares.

Todos esses aspectos abordados até o momento, contribuem para repensarmos na historicidade e dificuldade referente a inserção da mulher na esfera trabalhista. Compactuando a valoração social construída; subjetividade ocultada pelo patriarcado e inclusive naturalizada. Foge exemplos da disparidade sexual existente na nossa sociedade, introduzido na interseção entre raça, opressão de gênero e classe.

Deste modo, com base em análises no livro *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* da Heleieth Saffioti¹⁷, a existência social da problematização referente a inserção das mulheres no mercado de trabalho, em conjunto, à expansão capitalista, por vezes, acreditava-se que o capitalismo poderia impulsionar as mulheres para uma emancipação feminina. Ou seja, o capitalismo mudaria a naturalização da atividade doméstica e fragilidade feminina pela busca da inserção da mulher no âmbito público de trabalho. De fato, mais um subsídio sistêmico respaldado na sua funcionalidade. De acordo com Saffioti, o capitalismo tende a "influenciar" em parte a entrada da mulher no trabalho, no entanto, essas mulheres farão parte de uma massa que será ainda mais explorada e subordinada quando comparada aos homens. Representando uma mão de obra barata e desvalorizada. Afirmando a marginalização da força de trabalho da mulher, percebendo como a utilização da mão de obra da mulher é funcional ao equilíbrio econômico do

¹⁷ Saffioti., socióloga marxista e militante feminista brasileira, que em seu livro aprofundou no estudo sobre as questões da mulher frente a sociedade capitalista.

estado e como pode ser favorável a inserção feminina em determinada região (mais desenvolvida), e em contrapartida, extremamente excludente nas regiões subdesenvolvidas.

Outro fator importante representado pela *Saffioti*, nos leva a compreender melhor as estruturas capitalistas de opressão sob invisibilização da mulher na sociedade, é o fator “raça” este contribui em peso na segregação sócio ocupacional, reforçando a naturalização do domínio do homem branco, ligado diretamente a preservação da acumulação econômica.

A realidade social brasileira na contemporaneidade não se encontra distante desses aspectos abordados na pesquisa, é visível o aumento da incorporação das mulheres nas atividades de trabalho, o ampliamiento de legislações trabalhistas e sua busca pela autonomia econômica, social, moral, cultural, política, ideológica entre outras. Porém, não descarta a ideia de invisibilidade, menores salários, múltiplas jornadas, e ainda, como consequência dessas desigualdades, a existência de maiores manifestações nefastas à saúde mental e psicológica.

Portanto, neste contexto a pesquisa se insere, trazendo indícios de uma construção histórica conservadora permeada pelo bojo do desenvolvimento emancipatório coletivo. Abordando recortes de raça, gênero e classe afirmando a consolidação estruturante da dinâmica do capitalismo que faz parte de sua configuração interna até os dias de hoje.

CAPÍTULO III - DADOS ACERCA DAS REALIDADES OCUPACIONAIS PARA AS MULHERES E AS CONSEQUÊNCIAS INTENSIFICADAS PELA PANDEMIA NO BRASIL.

Neste capítulo, analisaremos as manifestações do cotidiano ocupacional das mulheres, sobretudo, através da pesquisa em quinze textos, representando diversos segmentos sociais do gênero feminino. Demonstrando os reflexos da pandemia da COVID-19 e a relação ocupacional com a saúde e bem estar das mulheres.

3.1. Análises da pesquisa: Realidade Brasileira

A fim de demonstrar como todas essas complexidades discutidas acima se apresentam no cotidiano das mulheres nos diferentes segmentos ocupacionais e profissionais. Neste capítulo, através da análise referente a pesquisa serão discutidas as ideias principais dos textos publicados durante os anos de 2020 a março de 2023. As análises foram extraídas pela base de dados do *Scielo*, a partir de 15 artigos em revistas reconhecidas no âmbito de pesquisa e ciência brasileira, como, por exemplo, *Rev. Brasileira de Estudo de População*, *Rev. Ciência & Saúde Coletiva*, *Rev. Educação e Pesquisa*, *Rev. Katálisis*, *Rev. Estudos Feministas*, *Rev. Saúde em Debate*, *Rev.*

Saúde e Sociedade, Rev. Sociedade e Estado. Em todas elas contemplam a realidade ocupacional de um dado grupo de mulheres. Os autores e autoras dos artigos trouxeram dados acerca da contemporaneidade e os impactos vivenciados durante a pandemia da COVID-19. Como consta no anexo 1 da tabela. O intuito central, foi buscar e compreender como se manifestam, dentro da estrutura capitalista, as complicações advindas da divisão sexual do trabalho e seus rebatimentos para a saúde e bem estar do gênero feminino nos âmbitos *público x privado* para as mulheres no Brasil.

A crise sanitária na pandemia, trouxe reflexos para a economia e o mercado de trabalho, principalmente para as mulheres. A divisão hierárquica sexual existente na sociedade atravessa o espaço “estabelecido” nas diferentes ocupações. De acordo com o “Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que indicam que, em geral, as mulheres dedicam 10,4 horas a mais por semana que os homens nos afazeres domésticos. Independente de cor, raça e idade”, portanto, a “sobrecarga principalmente em casa, foi de 16,2%”. (VIEIRA; ANIDO; CALIFE, 2022)

Isso gera uma complexidade nas ocupações das mulheres. Levando a desigualdades sociais e sexuais que foram intensificadas na pandemia. Respectivamente sob a população brasileira. Setores da saúde, educação, ciência, trabalho entre vários outros, foram fortemente afetados. Tendo em vista, o governo liberal de Jair Bolsonaro que não havia disponibilizado verba necessária para esses segmentos públicos. Inclusive, para as políticas públicas que abarcam as questões de saúde e proteção às mulheres, sobre isso, a “Câmara dos Deputados evidenciou que somente R\$ 5,6 milhões de um quantitativo de R\$ 126,4 milhões previstos na Lei Orçamentária de 2020 foram gastos com as políticas públicas para mulheres”. (CAMPOS; CASTILHO; MACHADO, 2022)

Primeiramente, devemos pontuar que todas as pesquisas analisadas tiveram uma enorme aproximação com as questões discorridas. Articulando simultaneamente, e entre diferentes assuntos. Temas como a questão da dependência latino americana; a questão racial; a questão do patriarcado; a questão de gênero; a questão da construção familiar; a questão da maternidade; a questão religiosa; a questão da divisão sexual do trabalho; a questão da violência; a questão subalternidade de gênero; a questão da dependência econômica; a questão LGBTQIAP+; a questão do mercado de trabalho para as mulheres e a questão do acesso às políticas públicas.

Todos esses assuntos estão acoplados, representando as expressões da questão social, particulares da realidade brasileira. Além disso, percebeu-se que a relevância da questão do adoecimento mental e físico prevaleceu relevantemente em todos. Comprovando a necessidade de debater sobre esses assuntos discutidos em grande parte por mulheres.

Inicialmente, para se pensar nos reflexos causados pela pandemia na perspectiva de gênero. De acordo com o texto *Pandemia do coronavírus(2019-nCoV) e mulheres: efeitos nas condições de trabalho e na saúde* (SOUZA;DUMONT-PENA;PATROCÍNIO,2022) publicado pela *Rev. Saúde em Debate*, as mulheres trabalhadoras foram um dos grupos vulneráveis na questão da precariedade no trabalho. E, no quanto às violências domésticas, o desemprego e a informalidade foram intensificados, fragmentando o acesso aos direitos.

As autoras da pesquisa atribuíram as influências do patriarcado e machismo através dos estudos da *Judith Butler* sobre a *Teoria Queer*, utilizando-se da performatividade das relações de gênero, como fator imposto à sociedade. No sentido de fragilizar a imagem da mulher no decorrer da história. Com isso, aponta a necessidade de observar que no Brasil a desigualdade econômica é similar a desigualdade racial. Sendo assim, classe e raça estão intimamente ligados a um grande aumento na "precarização de trabalhos feminizados e racializados". (SOUZA;DUMONT-PENA;PATROCÍNIO,2022)

Temas como trabalho doméstico e terceirizado, violência obstétrica e violência doméstica "contribuiu para a compreensão dos modos como epidemias podem expor acentuadamente a saúde das mulheres, seja nas precárias condições de trabalho, na ameaça de suspensão de seus direitos na atenção à saúde ou no aumento da violência no contexto de isolamento social".(SOUZA;DUMONT-PENA;PATROCÍNIO,2022) É necessário refletir sobre como esses aspectos estão relacionados à formação social, cultural, política e demográfica. Mas, se analisados juntos, rebatem sobre o cotidiano feminino de desemprego, sobrecarga no trabalho, precarização e informalidade do trabalho, e ainda, a debilidade na saúde mental e física.

Nessa mesma ideia, o texto: *Notas sobre o trabalho das mulheres em tempos de Pandemia: respostas e impasses* (2022) publicado pela *Rev. Estudos Feministas* indicam que são utilizados o conceito de classe das teorias marxistas para entender a invisibilização do trabalho. De acordo com as autoras (MELO;MELLO,2022), o mercado de trabalho para as mulheres aumentou, porém, fica comprovado as desigualdades que tange economicamente, a economia feminina, ou seja, a disparidade ainda está presente nos âmbitos da "educação, saúde, serviços sociais e serviços domésticos remunerados, alojamento, alimentação, todas atividades que dizem respeito à reprodução da vida."(MELO;MELLO,2022)

As autoras Souza;Dumont-Pena;Patrocínio (2022) e Melo;Mello (2022) indicam nos resultados das pesquisas dos textos *Pandemia do coronavírus(2019-nCoV) e mulheres: efeitos nas condições de trabalho e na saúde*, e *Notas sobre o trabalho das mulheres em tempos de Pandemia: respostas e impasses*, as trabalhadoras domésticas no Brasil foram as mais vulneráveis nas contratações de trabalho e nos riscos à saúde e cuidado durante a pandemia. Não alcançando mudanças significativas durante o tempo de 2005 empregando 6,2 milhões de mulheres, e em 2015 empregando 5,7 milhões de mulheres. Sendo que, apenas em 2011 elas

foram reconhecidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e apenas em 2013, no Brasil, elas tiveram leis reconhecidas pela CLT. Tudo isso ficou marcado pela vulnerabilidade aos riscos e ao desemprego durante a covid-19. Como no caso da Cleonice Gonçalves, trabalhadora doméstica, 63 anos. Foi a primeira vítima da Covid-19 no país.

Portanto, conclui-se:

”A pandemia tem sido impiedosa com as mulheres; o desemprego foi muito mais intenso para as mulheres, sendo que oito milhões delas retiraram-se do mercado de trabalho no Brasil: as trabalhadoras domésticas perderam 1.5 milhão de postos de trabalho, as vendedoras 840 mil e as trabalhadoras de serviços pessoais 865 mil. E mesmo aquelas em cargos de gerência tiveram perdas de 40% destes postos (IBGE, 2019; 2021, *apud*, MELO;MELLO,2022)”

No Brasil, a precarização dos direitos para a categoria chama atenção. O trabalho doméstico, constitucionalmente, é entendido como a prestação contínua de serviço em atividades feitas no ambiente doméstico por mais de dois dias semanais no mesmo domicílio. A regulamentação e implementação das leis que asseguram benefícios trabalhistas às mulheres da categoria, foi sancionada apenas no Governo Dilma Rousseff em 2015, conhecido como PEC das Domésticas¹⁸. Aprovando modificações positivas, no que diz respeito, ao seguro desemprego, auxílio creche, FGTS, hora extra caso exceda 44 horas semanais, adicional noturno e a proibição da demissão por justa causa sem aviso prévio.

Apesar disso, ainda é possível notar a existência do grande número de empregadores que não assinam contrato de trabalho pela CLT. Como exposto no texto: *Divisão sexual, classe e pandemia: novas percepções?* publicado na *Rev. Sociedade e Estado*, a autora Monticelli (2022) entrevistou doze mulheres da classe média e média alta, com alta escolaridade. A pesquisa apontou a precarização no reconhecimento do trabalho doméstico. Dessas doze entrevistadas, apenas três comprovaram a contratação formal pela CLT. Desta forma, podemos observar como é tardio e invisibilizado o processo de ampliação e adequação dos direitos para as profissionais empregadas domésticas.

No texto *Vulnerabilidades das travestis e mulheres trans no contexto pandêmico* publicado pela *Rev Katálysis* aborda os impactos da pandemia para a comunidade LGBTQIA+, sinalizando como as pessoas travestis e trans foram assiduamente vulnerabilizadas nesse contexto. A pesquisa realizada no texto, foi de acordo com os dados obtidos pela campanha eleitoral do #VOTELGBT2022, pela Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA) e pela pesquisa de preenchimento digital que contribui para as análises das questões de gênero, classe e raça. Dentre isso, vale ”refletir sobre a situação de populações vulneráveis, excluídas, exploradas e menosprezadas socialmente, principalmente aquelas que enfrentam desafios no contexto social da pandemia de Covid-19 para a sua sobrevivência.” (VERONEZE,2022).

¹⁸Disponível em: [Lcp 150 \(planalto.gov.br\)](https://lcp150.planalto.gov.br). Acesso em: 21, mar. 2023.

Nesse aspecto, o autor traz considerações de que as relações de trabalho remoto no período da pandemia foram prejudiciais às mulheres negras e periféricas, sendo também mais afetadas pela COVID-19. “Dado ao padrão de desigualdades sociais, vulnerabilidades, exclusão, preconceito e discriminação que esta população vem sofrendo ao longo da história”.(VERONEZE,2022) Foi ainda mais complicado para as mulheres travestis e trans sexuais, pois, são impostas a trabalhos sexuais generificados pela sociedade e pelo mercado de trabalho. De acordo com a Associação de Travestis e Transsexuais (ANTRA) 2,0% da população brasileira integra a comunidade trans, a taxa de desemprego foi significativa. Consequentemente a população LGBTQIA+ sofrem mais pela exclusão e isolamento social. Isso, porque a ideologia dominante heteronormativa discrimina violentamente. Impactando o bem estar mental, físico e social desses grupos. Acometendo negativamente a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho formal e nos direitos sociais.

“A taxa de desemprego entre os LGBTQIA+ é de 21,6%. e de um a cada quatro perderam o emprego em decorrência da Covid-19, sendo que quase metade dessas pessoas (44,3%) tiveram suas atividades totalmente paralisadas durante o isolamento social. Quatro em cada dez pessoas LGBTQIA+ (40%) e metade das pessoas trans (53,35%) não conseguem sobreviver sem renda por mais de 1 mês, caso percam sua fonte financeira hoje” (VERONEZE,2022)

A saúde mental da população LGBTQIA+ também destacou-se como aponta na pesquisa a “piora da saúde mental (42,72%), o afastamento da rede de apoio (39,23%) e a falta de fonte de renda (17,62%)” (VERONEZE,2022). Afirmando, mais uma vez, a falta de acesso ao trabalho formal e direitos básicos que se intensificaram durante a pandemia, decorrente da baixa infraestrutura e apoio estatal na implementação das políticas públicas.

A pesquisa “*Questão social*” *divisão sexual do trabalho e saúde mental na pandemia* publicada também pela *Rev. Katálysis* em 2023 retoma a ideia da responsabilização do estado frente a essas demandas sociais, culturais, históricas e generificadas.

“[...] identificamos que a dura realidade enfrentada por essas mulheres faz parte de uma grande engenharia social, que está vinculada ao modo de vida neoliberal que individualiza e responsabiliza as pessoas em sofrimento pelas mazelas produzidas pelo capitalismo contemporâneo.” (MATOS; ALBUQUERQUE, 2023)

As autoras associaram a questão social ao alto índice de desemprego e informalidade no trabalho das mulheres. Gerando a necessidade de aprofundar sobre o fio condutor das expressões da questão social. Destacando que para alcançar a mudança nos diferentes espaços, é preciso desconstruir ideias pré estabelecidas e impostas, por estratégias governamentais que abordam tais especificidades das particularidades brasileiras.

“Por isso, reafirmamos que não há saúde mental sem que haja condições de vida e trabalho dignas, sem que tenhamos igualdade de gênero e a superação do racismo

estrutural que ainda fundamenta as relações sociais brasileiras. Sem que tenhamos gestores federais, estaduais e municipais com compromisso não apenas com uma reforma psiquiátrica antimanicomial, mas com um projeto de nação com justiça social e democracia plena para todas, até que todas nós sejamos livres e iguais!” (MATOS; ALBUQUERQUE,2023)

Durante a história, vimos que não havia possibilidade dessas mulheres existirem subjetivamente, alcançando uma independência salarial e sexual. De acordo com o texto *Condições de vida e saúde de professoras da educação básica pública de Minas Gerais provedoras financeiras de suas famílias durante a pandemia da COVID-19*, publicado pela *Rev. Brasileira de Estudos de População*, as autoras contribuem com aspectos importantes para se pensar sobre os novos arranjos familiares atuais. Por meio de formulários online com professores da rede estadual de Minas Gerais, foram demonstrados o aumento profissional das mulheres como provedoras dos seus lares, “entre as 12.817 professoras participantes, 47,2% declararam-se principais provedoras”. (BARBOSA;JESUS G.;COSTA;SANTOS;SOARES;JESUS N.;FONSECA;ASSUNÇÃO;HAIKAL,2022). Esse, é mais um exemplo que possibilita refletir acerca da modificação da situação atual. A busca do gênero feminino pelos espaços sócio ocupacionais e políticos é crescente, mesmo frente aos instrumentos ideológicos segregativos.

No Brasil, entre 1960 e 2018, a participação feminina no mercado de trabalho saltou de 18,5% para 52,9% (TENOURY; MADALOZZO; MARTINS, 2021, *apud*, BARBOSA; JESUS G.;COSTA;SANTOS;SOARES;JESUS N.;FONSECA;ASSUNÇÃO;HAIKAL,2022). Articulando com os capítulos anteriores, podemos refletir sobre a reprodução da vida material nessa realidade social. Os enfrentamentos realizados por elas são inúmeros. Como por exemplo, devido às relações sociais estabelecidas no capitalismo exigirem um poder econômico aquisitivo cada vez mais alto. As mulheres se encontram numa situação de romper, primeiro, com a estruturação histórica generificada de submissão. Para logo, conquistar os espaços públicos e profissionais, para se manterem materialmente. Ocupar esses espaços, na maioria das vezes, remete a elas lidarem com dificuldades. Como a inserção ao mercado de trabalho, desemprego, informalidade, altas jornadas, assédios, violências, e invisibilidade como no caso das empregadas domésticas, das travestis e transexuais citadas acima, entre várias outras. Todas essas expressões da questão social no cotidiano da mulher, rebatem intensivamente sobre a saúde e bem estar físico e mental. Pela busca de suprir as exigências e necessidades da manutenção material da vida.

Ainda, acerca do texto *Mulheres profissionais da saúde e as repercussões da Pandemia da Covid-19: é mais difícil para elas?* publicada pela *Rev. Saúde em debate* é citado pontos fundamentais da *Simone de Beauvoir* em *O Segundo Sexo (1980)* que potencializa o debate sobre o papel social do gênero feminino nessa sociedade. Ironicamente, as autoras (VIEIRA; ANIDO; CALIFE, 2022) utilizam o pensamento da escritora para descrever como são dados os aspectos do cuidado hoje em dia.

Sabendo que houve um alto índice de demandas profissionais na saúde, a pesquisa constata o esgotamento no cotidiano dos trabalhadores de toda área, atrelado a sobrecarga das jornadas e o trabalho doméstico não remunerado, sinalizando para um enfrentamento desigual. Pois, em grande maioria, quem mais sofreu com essa crise sanitária epidemiológica foram diretamente as mulheres. Representando alto índice de prejuízos ligados à saúde e ao bem estar.

Como exemplificado nos capítulos anteriores, o estereótipo imperialista e fecundado pela invasão às terras latino americanas e a dominação cultural ocidental europeia, junto a igreja católica, moldam a concepção da família. O heterocentramento da mulher por séculos, como já vimos, reproduz uma caracterização na imagem e subjetividade feminina. Enxergando como moralmente correto, a formação familiar construída pelo homem, ocupando o lugar de provedor, e a mulher, de reprodução. Essa colonização, excluiu culturas e costumes já existentes. Além de, por muito tempo contribuir à maternidade o significado de realização para as mulheres.

O texto *Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras da classe média e média alta* publicado na *Rev. Estudos Femininos* também compartilha do posicionamento das autoras (VIEIRA; ANIDO; CALIFE, 2022), tendo em vista, que a função da maternidade dentro da sociedade capitalista ocupa um grande papel generificado do cuidado, contribuindo, assim como a ideia de Beauvoir, um espaço para se pensar na reprodução, proporcionando, uma diferenciação entre os gêneros. Caracterizando um mascaramento dado pelo Estado e a igreja, quanto aos espaços privados e públicos, e sua funcionalidade (tendo as mulheres para reprodução) estrutura repressiva e de *heterocentramento*. Isso explica a forma que as emoções, sentimentos e vontades das mulheres são invisibilizadas e construídas a partir de uma caracterização ilusória do gênero feminino desde os séculos passados. “Nesse momento, começou a ser construída uma subjetividade materna criada por um desejo produzido, interpelado e incentivado”. (ZANELLO;ANTLOGA;PFEIFFER-FLORES;RICHWIN, 2022). Isso torna implícito a imposição do cuidado ligado à imagem da mulher dentro das interações.

Sobre isso, devemos resgatar também as ideias já discutidas anteriormente, sobre a formação da sociedade latino americana e a particularidade do escravismo e racismo dentro da sociedade brasileira. Como consequência desses fatos, Lélia Gonzales (1984) em *Racismo e Sexismo*, resgata a imagem da mulher negra sexualizada em momentos de prestígio social, por exemplo no carnaval, e sua invisibilização quando essas mulheres competem a outros afazeres, por exemplo profissionais.

A partir disso, traremos dados para demonstrar a desigualdade social dentro do aspecto de gênero, raça e classe, onde a violência doméstica foi mais acentuada durante a pandemia. Segundo o texto *Pandemia da Covid-19 e o aumento da violência doméstica em território vulnerável: uma resposta de base comunitária* publicada pela *Rev. Saúde e Sociedade*, os autores observaram:

”No que tange às denúncias, 28,5% das mulheres procuraram algum canal de denúncia, 11,8% denunciaram em uma delegacia da mulher, 7,5% em uma delegacia comum, 7,1% das mulheres procuraram a Polícia Militar (190) e 2,1% ligaram para a Central de Atendimento à Mulher (180). Porém, 44,9% das mulheres não fizeram nada em relação à agressão mais grave sofrida, seja pelas dificuldades encontradas na hora de denunciar, ou por medo do agressor.” (SOUZA;CASTRO-SILVA,2022)

Durante a pandemia, isso demonstrou o enfraquecimento do acesso aos serviços e instrumentos que permitem à população garantir seus direitos. Comprovando a necessidade do estado em criar estratégias específicas e que abranjam amplamente a implementação de políticas públicas, serviços de proteção, saúde e bem estar para todos da comunidade. Inclusive às mulheres vítimas de violência doméstica.

Relacionado a isso, se voltarmos a linha do tempo quando havia a discrepante violência com os povos ameríndios. A imposição cultural sobre os costumes e as imagem corporal esteve presente durante a colonização espanhola e portuguesa. Cristiane Lasmar em 1999 publica o texto *Mulheres Indígenas: Representações*, possibilitando uma crítica ao olhar europeu acerca da invasão às terras dos povos originários. Colocando ao final, a necessidade de garantir a visibilidade como forma de combater as representações estereotipadas. Nesse sentido, “uma essência indígena aparece, assim ao mesmo tempo, como fonte de moralidade, a ser enaltecida e copiada, e como potência que precisa ser dominada, domesticada e transformada”. (LASMAR,1999). Além do desejo em modificar a sociedade local. Houve, também, a dominação corporal, ligando-os à imagem do “bom selvagem”.

A misoginia esteve muito presente no século XVI as mulheres indígenas foram altamente sexualizadas. Denominavam sua sexualidade como *priópica* (LASMAR,1999). Portanto, as mulheres indígenas eram vistas como um corpo a ser explorado e domesticado. Dito isso, a estereotipificação sexual dos corpos sempre esteve presente na particularidade latino americana sendo dissipada pela sociedade ao longo dos anos. Assim como a essência do cuidado e da maternidade, como já discutidos.

A dominação heteronormativa europeia aproximou a imagem da mulher a significância corporal sexualizada e violentada. Por isso, ainda vemos altos vestígios ligados a violência contra a mulher. A violência doméstica é um desses exemplos.

Hoje, há um papel social generificado da mulher, o trabalho materno/ de cuidados, tido na sociedade como “vocacional” (ZANELLO;ANTLOGA;PFEIFFER-FLORES;RICHWIN,2022) e a ocupação principal imposta a elas – do cuidado no espaço privado, não remunerado, ainda mais intensificado pela pandemia.

Desse modo, ”o aumento da violência doméstica é um efeito colateral da pandemia, já que as vítimas se encontram em maior tempo de convivência com seu agressor. O medo de adoecer, o estresse econômico e o desemprego acabam se tornando gatilhos para essas agressões”. (SOUZA;CASTRO-SILVA,2022). Os dados obtidos nas pesquisas demonstram que de acordo com o ”Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), uma em cada quatro mulheres brasileiras acima de 16 anos (24,4%), ou seja, cerca de 17 milhões de mulheres, afirmaram ter sofrido algum tipo de violência durante a pandemia da covid-19” (SOUZA;CASTRO-SILVA,2022), ainda que, as mulheres pretas são as que mais sofrem

agressões. As denúncias e medidas protetivas ocorreram de forma intensa durante o período de pandemia, em vista da convivência direta ou indireta com os agressores, nos dados constam que as “mulheres pretas experimentaram níveis mais elevados de violência (28,3%) do que as pardas (24,6%) e as brancas (23,5%)”. (SOUZA;CASTRO-SILVA,2022)

Correlacionando à crise estrutural do estado, fica visível a influência da política neoliberal de enfraquecimento, “sucateamento e mau funcionamento de serviços de justiça, saúde e proteção à mulher, o que impacta de forma direta a qualidade de vida e o bem-estar dessas vítimas”. (SOUZA;CASTRO-SILVA,2022)

Observa-se também, através de outro texto, a pesquisa realizada entre as mulheres que utilizaram o período de isolamento na pandemia para se aproximar do ambiente doméstico. Visto que, suas rotinas no ambiente público de trabalho não permitiam realizar, conjuntamente, as tarefas domésticas, ou seja, a “proximidade com a própria casa durante a pandemia trouxe, consequentemente, uma maior vivência com a desigualdade de gênero através das responsabilizações pelas tarefas domésticas e de cuidado”(MONTICELLI, 2021). Sendo auxiliadas em grande parte por trabalhadoras domésticas, babás, entre outras pessoas contratadas. Vale ressaltar que essas mulheres pertencem a uma classe média e média alta, contendo também uma alta escolaridade (MONTICELLI, 2021). De acordo com o texto "*A divisão sexual do trabalho, classe e pandemia: novas percepções?* publicada pela *Rev. Sociedade e Estado* um fator que se destacou dentre esses assuntos, foi a atenção dada a importância do ensino educacional, demonstrando o esforço entre elas para se adaptarem ao ensino remoto junto aos filhos e, em contrapartida, grande parte não demonstraram esforços para contratação e reconhecimento legal pela CLT das trabalhadoras domésticas, sendo elas, as mais prejudicadas durante o período da pandemia.

Porém, devido ao acúmulo de trabalho home office e doméstico durante o isolamento. A pesquisa comprova o impacto na saúde física e mental dessas mulheres. Outro fator abordado no texto que destaca esse ponto é o fortalecimento da família tradicional e seus arranjos, reafirmada no neoliberalismo, presidido pelo governo conservador de Jair Bolsonaro permitindo que a divisão sexual do trabalho doméstico prevaleça nas relações familiares. Ou seja, as mulheres comprovadamente ficaram mais sobrecarregadas.

Nesse sentido, a pesquisa *Condições de vida e saúde de professoras da educação básica pública de Minas Gerais provedoras financeiras de suas famílias durante a pandemia da Covid-19* publicada na *Rev. Brasileira de Estudos de População* trouxe dados curiosos para se analisar o âmbito educacional e de gênero. As professoras da educação básica de Minas Gerais, sofreram influências no cotidiano durante o período da pandemia, pelos impactos econômicos deixados, uma dessas modificações foram os novos arranjos familiares “entre as 12.817 professoras participantes, 47,2% declararam-se principais provedoras”(BARBOSA; JESUS,G.; COSTA; SANTOS; SOARES;JESUS,N.;FONSECA;ASSUNÇÃO;HAIKAL,2022). Em grande maioria, as professoras provedoras de seus lares foram mais um dos grupos profissionais de mulheres que enfrentaram questões sociodemográficas, econômicas, tendo em vista altas jornadas de trabalho e também sobre a saúde, desenvolvendo hábitos nocivos comportamentais, resultantes da maior preocupação e ocupação neste período. Em controvérsia, afirma-se que a autonomia e estabilidade das mulheres foi crescente na América Latina, tornando-as provedoras

(BARBOSA; JESUS,G.; COSTA; SANTOS; SOARES;JESUS,N.;FONSECA;ASSUNÇÃO;HAIKAL,2022).

Ao longo dos anos essa transformação no rearranjo familiar, possibilitou uma mudança na independência econômica, principalmente das mulheres. ”No Brasil, em 1980, 10,6% das famílias tinham mulheres como principais responsáveis financeiras, percentual que atingiu 37,3% em 2010” (IBGE, 2014; LIU; ESTEVE; TREVIÑO, 2017, *apud* , BARBOSA; JESUS,G.; COSTA; SANTOS; SOARES;JESUS,N.;FONSECA;ASSUNÇÃO;HAIKAL,2022). Essas informações quebram os paradigmas instaurados desde a nossa formação sócio histórica. Ao mesmo tempo, instaura-se uma reflexão quando pensamos. Essas mulheres recebem auxílio no ambiente doméstico? E, atenção à saúde física e psicológica devido às várias jornadas de trabalho?

A divisão sexual do trabalho, estabelece que o "poder do provedor" estava conciliado ao espaço público ocupado pelos homens. E, espaço privado ocupado por elas. Entretanto, já comprova-se avanços, pela realização pessoal de cada uma em pertencer a ambos e quaisquer espaços.

No Brasil, entre 1960 e 2018, a participação feminina no mercado de trabalho saltou de 18,5% para 52,9% (TENOURY; MADALOZZO; MARTINS, 2021, *apud*, BARBOSA; JESUS,G.; COSTA; SANTOS; SOARES;JESUS,N.;FONSECA;ASSUNÇÃO;HAIKAL,2022). O isolamento social, além de modificar todas as relações interativas e sociais, fez aumentar a incidência do número de violências, de acordo com o texto: *Vulnerabilidades das Travestis e das mulheres trans no contexto pandêmico*, a população LGBTQIA+ pela dificuldade de encontrar vínculo empregatício formal, as pessoas travestis e trans se viam sem escolhas, por esse motivo, muitas foram obrigadas a se inserir no trabalho sexual. Além da baixa inserção e aceitação na escola e no convívio familiar, vários grupos sofreram violações verbais, sexuais e agressões (VERONEZE,2022).

A amplitude dos assuntos ligados ao âmbito ocupacional e suas complexidades são enormes. Como consequência desses, a saúde e bem estar das mulheres, se encontram debilitadas, de acordo com as análises nos textos. Outra pesquisa que contribuiu acerca dessas questões, do mercado de trabalho e a influência na saúde das mulheres, foi o texto *Mulheres Médicas: Burnout durante a pandemia de Covid-19 no Brasil* publicado no *Arquivos Brasileiros de Cardiologia* destacando que as mulheres médicas relataram sentir exaustão física e mental devido às jornadas de trabalho, e ainda comprovando cientificamente, entre as “[...] 769 respondentes, 61,6% relataram sinais de *burnout*. Cerca de 64% relataram perda salarial de até 50% durante a pandemia”(OLIVEIRA;LEMKE;PAIVA;MARIANO;SILVA A.;SILVA,S.;SANTOS;BARBOSA;LANTIERE;DUARTE;IZAR;ANZOLCH;GEREZ;RAMOS; LOPES;NASCIMENTO;WENGER, 2022). No entanto, relataram encontrar na espiritualidade forma de conforto e segurança a saúde mental. Para lidar com as complexidades do trabalho e do cotidiano.

O texto *"Trabalhadoras da saúde face à pandemia: por uma análise sociológica do trabalho de cuidado"* publicado pela *Rev. Ciência & Saúde coletiva* destaca como a reforma trabalhista de 2017 impulsionou a flexibilização e precarização das relações do mercado de

trabalho. No entanto, as mulheres preenchem em maioria as atividades de cuidado na área da saúde, 85,1%. (BITTENCOURT;ANDRADE,2021). Como já exposto acima, podemos compreender como a “função” ideológica capitalista é dada. Atualmente, o impacto da pandemia restabeleceu novas relações de trabalho e,:

“Além disso, a precarização do trabalho em saúde na sociedade brasileira acirrada nas últimas décadas, como o aumento de contratos temporários, perdas de direitos trabalhistas, a sobrecarga das atividades, condições de trabalho precárias, dentre outros, soma-se com o aumento dos atendimentos médico-hospitalares diante da pandemia da Covid-19.[...]”. (BITTENCOURT;ANDRADE,2021)

Diante desses fatos, a classe trabalhadora que atua na saúde foi a principal prejudicada. Dada a abrangência da Covid-19 no país em março de 2020, de acordo com o texto, ”até a data de 27 de outubro de 2020, foram confirmadas 454 mortes de trabalhadoras/es da equipe de enfermagem (enfermeiros, técnicos e auxiliares) no cenário brasileiro e 41.926 casos reportados”. (BITTENCOURT;ANDRADE,2021).

Tendo em mente a majoritariedade profissional feminina nas áreas da saúde, e também na educação como apresentado pelas autoras (BARBOSA; JESUS,G.; COSTA; SANTOS; SOARES;JESUS,N.;FONSECA;ASSUNÇÃO;HAIKAL,2022). A Emenda Constitucional nº 95, conhecida como Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, foi responsável por congelar verbas para as respectivas áreas – saúde e educação. Entre outras alterações modificando a Constituição de 1988, isso configura vários retrocessos na garantia dos direitos. (BITTENCOURT;ANDRADE,2021)

Esses ataques governamentais estabeleceram o enfraquecimento de novas estratégias instrumentais para lidar com a crise sanitária na saúde. O quadro de agravamento das doenças respiratórias aumentaram ocupando 90% dos leitos disponíveis. (TOSCAS;HOLSBACH;SANTOS,2021) A nova tecnologia e a ciência tornaram essenciais para conter os avanços da doença. Porém, essas áreas tiveram grandes dificuldades no financiamento e manutenção dos novos equipamentos, por exemplo, os ventiladores pulmonares. No texto: “*Mulheres na gestão de tecnologia e engenharia clínica: o caso dos ventiladores pulmonares na Covid-19*” publicado na *Rev. Saúde em Debate* discutiu aprofundadamente sobre esse assunto, destacando a invisibilidade e diminuição na inserção das mulheres no trabalho profissional nessa área. As autoras (TOSCAS;HOLSBACH;SANTOS,2021) trouxeram, de acordo com “ a pesquisa recente da Associação Brasileira de Engenharia Clínica que verificou que apenas 19% dos associados respondentes eram mulheres, enquanto 81% eram do sexo masculino.”(TOSCAS;HOLSBACH;SANTOS,2021). O texto tem o intuito de evidenciar a disparidade sexual e salarial existente entre especialistas na ciência; tecnologia da engenharia clínica na área da saúde. Além da disparidade encontrada, advinda da divisão sexual do trabalho, os cortes e dificuldades enfrentadas mostram claramente o posicionamento dos órgãos governamentais em relação aos trabalhadores e à população.

A desatenção estatal foi fortalecida no governo de Jair Bolsonaro, setores de políticas e serviços públicos e fiscalizatórios foram alvos de desfinanciamento. Com base nas informações analisadas até o momento, é permitido observar o impacto instaurado na pandemia. A vulnerabilidade advinda desse fenômeno acirrou grandes eixos de dificuldade para toda

população, até para as mulheres imigrantes, assunto pouco tratado a respeito. A invisibilização das mulheres imigrantes se acentua na pandemia da covid -19. Sendo elas as responsáveis por manterem a constituição da família nuclear, durante esses trajetos. Sobre isso, no texto *"Os impactos da pandemia da Covid-19 para as mulheres imigrantes no Brasil: mobilidade e mercado de trabalho"* divulgado pela *Rev. Sociedade e Estado*. As autoras inicialmente discutem a repercussão da situação das mulheres imigrantes no Brasil, entre janeiro e setembro nos anos de 2019 e 2020. Com base nos órgãos responsáveis como a Polícia Federal, os Postos das Fronteiras (STI), o Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra), a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

A imigração feminina internacional, segundo as autoras (TONHATI;MACÊDO,2021) aponta, que nos anos de 1960 atingiram 47%. Comparando às imigrações dos anos 2000 com o percentual de 49%, nota-se pouca diferença entre o longo período de tempo. No Brasil, houve a redução de imigração feminina, devido o fechamento das fronteiras dificultando o movimento das mulheres, sujeitando-as a travessia por caminhos menos conhecidos e menos seguros (Annoni, 2020; Foley & Piper, 2020; UN Women, 2020, *apud*, TONHATI;MACÊDO, 2021). De certo que amplificam suas situações de vulnerabilidade: são mais expostas à violência sexual, à exploração econômica por parte dos atravessadores, além de encontrarem adversidades para acessar serviços médicos, alimentação e abrigo (WILGES; SOARES, 2020, *apud*, TONHATI;MACÊDO,2021).

Outro fator destacado no texto, foi a precarização quanto a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho. Fatores como a raça, informalidade, a divisão sexual e salarial esteve presente. Levando em consideração que “[...]de janeiro a setembro de 2020 foram registrados no Brasil um total de 67.979 imigrantes. Deste total, 43% foram mulheres: venezuelanas, responsáveis por 51% dos registros, seguidas pelas haitianas, com 25% do fluxo”(TONHATI;MACÊDO,2021), enquanto em 2019 houve “registros de homens (56%) e mulheres (44%), similarmente entre as mulheres venezuelanas (51%) e haitianas (23%)”. (TONHATI;MACÊDO,2021). Portanto, quanto os contratos empregatícios, de acordo com a pesquisa, “no mês de fevereiro de 2020, o saldo de contratações foi de 2.377, para homens e 924, para mulheres, esse número caiu brutalmente em março para 775 (homens) e 124 (mulheres), uma redução de -67% e -87% respectivamente.”(TONHATI;MACÊDO,2021). Importante ressaltar que, apesar dos percentuais de contratações estarem negativos, a emissão da carteira de trabalho entre as mulheres imigrantes cresceu gradativamente durante os anos de 2011 contabilizando 3.722, comparado a 2019 com 39.813 carteiras emitidas. (TONHATI;MACÊDO,2021).

Ao longo dos anos, a significação do trabalho foi modificada. As relações interpessoais acompanharam essas transformações, como vimos nos capítulos anteriores. A atividade central do trabalho perde a essência inicial de preencher as necessidades fundamentais da população, para estabelecer novas relações de exploração com a natureza que conjuntamente modificam os seres e o cenário social. Em meio a essa reflexão, temos o propulsor dessas mudanças, o modelo estrutural do capitalismo, implicando em todas as interações. Ora, transforma a atividade central do trabalho, ora modifica as relações cotidianas. Neste movimento, a valoração material passa a comandar as realidades. Construindo significação ilusória do poder, tratado aqui, como aquisitivo

de prestígio social público e também sexual, manifestado ao longo da história pelo patriarcado. Sendo assim, a divisão social do trabalho está intrinsecamente ligada à divisão sexual do trabalho.

A exclusão e invisibilização de grupos sociais, inibem a multiplicidade cultural, identitária e populacional. Nota-se que as mulheres imigrantes se encontram, cada vez mais, em busca de adentrar ao mercado de trabalho. Em contrapartida, a precarização dos empregos, a questão racial, junto à demográfica, e a violência contra elas, demonstram uma invisibilidade pertencente a esse grupo. Isso fica nítido quando certos grupos sociais possuem a dificuldade de se inserir social, político e economicamente, acerca disso a população LGBTQIA+, os negros, os periféricos, e ainda, as mulheres imigrantes, entre outros diversos grupos existentes. São exemplos pertencentes a maior vulnerabilidade dentro do dado espaço e tempo, ou seja, esses grupos sociais colidem com o projeto governamental histórico e presente.

No texto, *Violência de Gênero na Pandemia* os autores (CAMPOS;CASTILHO;MACHADO, 2021) discutem a importância dos projetos de extensão universitárias, durante o período de isolamento social. Possibilitando o diálogo virtual para entender as complexidades existentes no cotidiano da mulher na comunidade, e as atividades interventivas promovidas por três projetos extensionistas analisados. Focalizando a violência de gênero e seu enfrentamento. Com base na Organização das Nações Unidas (ONU), trazendo o aumento mundial de agressões. A pesquisa vai ser gerida na concepção de levar a importância dos projetos extensionistas articulados para atuar no enfrentamento a violência contra as mulheres junto a comunidade. Tendo em vista, a dificuldade no acesso ao meio digital, durante o período de maior tecnologização no isolamento social. No entanto, houve dificuldade em gerir e implementar políticas públicas, e institucionais, que abarcavam a continuidade dos projetos extensionistas.

Nesse momento cria-se portanto a lógica da universidade pública, através dos projetos extensionistas que possibilitam a integração abrangente com a comunidade. A educação se torna um instrumento de intervenção às desigualdades. Neste contexto, a importância da implementação integrada dos serviços da educação e serviços públicos são fundamentais para a diminuir a falta de acesso. Atravessando as barreiras da universidade e dos aparelhos estatais. Vale destacar que, embora a lógica estatal durante o período da pandemia, não tenha sido compatível com toda modificação tecnológica e educacional. Ficou ressaltado no texto que:

“Embora com as limitações das condições de trabalho remoto e adaptação às dinâmicas de atendimento virtual, os projetos se firmaram como importantes interlocutores, proporcionando às mulheres, respeitadas a autonomia e capacidade decisória, ambiente de acolhimento e escuta pautado na lógica feminista de intervenção e assessoramento.” (CAMPOS;CASTILHO;MACHADO, 2021)

A ampliação da rede comunicacional no período do isolamento foi intensificada. Os instrumentos ideológicos foram fundamentais para restabelecer as interações, antes, de modo social e coletivo. Ao mesmo tempo, a desinformação também foi crescente. Toda modificação está intrinsecamente ligada à manipulação dos instrumentos que passam a se tornar ideológicos. Essa movimentação corresponde a ação condicionada através do Estado. As ações, no todo, dificultam a universalização do acesso às tecnologias presentes e agravam o ampliamto da

intervenção dos serviços e aparelhos públicos. Evidenciando acentuadamente a dificuldade das populações mais vulnerabilizadas quanto ao acesso às informações, aos direitos, às redes de apoio e acolhimento, e também, às denúncias de violências. O condicionamento político estatal eurocentralizado desta forma, pode ser considerado um propulsor das desigualdades sociais.

Assim, é “impossível entender a estrutura social sem entender essa questão de opressões interligadas, sem entender que necessitamos analisar raça, gênero e classe, a sexualidade, tudo ao mesmo tempo.” (SMITH,2022, apud, SOUZA;SILVA;JARDIM,2022). Nesta perspectiva as autoras (SOUZA;SILVA;JARDIM,2022) apontam no texto “*Feminismo Negro: pedagogias, epistemologias, etico politicas e métodos. Entrevista com Christen A. Smith*”. Professora, socióloga e pesquisadora, sobre raça, gênero e negritude nos Estados Unidos e no Brasil. Apresentará dados da realidade contida nas periferias e no cotidiano da população negra. Chamando atenção para a violência estatal e em como ela reproduz um racismo estrutural. Com base na teoria Faye Harrison, tratando sobre a antropologia decolonial.

A partir da violência necropolítica estudada pela Christen, ela se transforma numa violência estatal que atinge a população negra, principalmente as mulheres negras em âmbito transnacional. Por isso a necessidade de aprofundar no feminismo negro. Quando perguntado na entrevista sobre a importância do assunto, Christen diz: “o que é o feminismo negro? Para mim é uma visão de mundo que reconhece a importância da mulher negra na história, que reconhece a nossa contribuição intelectual e epistemológica para o mundo”(SMITH,2022, apud,SOUZA;SILVA;JARDIM,2022). Além disso, a professora e pesquisadora, observa a violência policial contra os negros, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Explicando que, a “sociabilidade que marca a vida nas periferias urbanas no país, diferentes racionalidades – a estatal, a religiosa e a do crime.” (SMITH,2022, apud, SOUZA;SILVA;JARDIM,2022). A militarização como forma coerciva do poder estatal, pode ser atribuída dentro da perspectiva de acentuar ainda mais a desigualdade da questão racial e de classe, e a formação estrutural excludente dada pelo estado condicionante. Dentre isso, fica claro tanto na entrevista quanto nas comunidades que:

”O policiamento estatal espalha o terror pelas comunidades transnacionalmente e, embora os homens negros sejam a maioria dos baleados e espancados pelas forças policiais, eu diria que as mulheres negras sofrem desproporcionalmente os efeitos cumulativos do terror policial ao longo do tempo.” (SMITH,2022, apud, SOUZA;SILVA;JARDIM,2022).

Christen através da entrevista, aponta para o agravamento das “*operações da antinegitude*” dentro da questão de gênero. Trazendo várias observações pertinentes para pensar na violência racial, e os reflexos destas, para a saúde a longo prazo das mulheres que ocupam os mesmos espaços e possuem laços afetivos com as vítimas de violência e agressões.(SOUZA;SILVA;JARDIM,2022)

Com base na análise realizada dentre os quinze textos, entre os diversos campos ocupacionais, fica passível a compreensão sobre os impactos causados à saúde mental e bem estar da mulher tornam-se mais incisivos durante o período da pandemia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de nossas análises buscamos compreender os impactos nefastos para a valorização e reconhecimento do gênero feminino, nos diversos espaços. A fim de contemplar diversas ocupações realizadas por elas. Com base nos quinze textos, constata-se grande debilidade política, quanto a criação, manutenção e fiscalização das ações interventivas, que tange a atenção, proteção e o acolhimento contidas nas políticas públicas. A *Constituição de 1988* foi um grande marco na garantia dos direitos civis, estabelecendo legalmente a universalidade do acesso à saúde, educação, habitação e alimentação a todos cidadãos. Porém, a particularidade brasileira acentua diversas desigualdades como por exemplo, o racismo estrutural, a exploração e intensificação do trabalho, a invisibilidade e a exclusão de grupos sociais. Ou seja, ao longo do tempo as políticas dentro do sistema capitalista não implementaram, nem tampouco, atualizaram políticas condizentes às diversas especificidades brasileiras. Principalmente, durante as gestões da direita conservadora, o período da pandemia exemplifica bem essa situação.

Esses acontecimentos subvertem a subjetividade do ser social, à medida que todas as expressões da questão social estão ligadas à precarização estatal. E, ao mesmo tempo, fazem parte da vida cotidiana de toda população. Os textos das análises comprovam essas fragmentações, discutindo diversos âmbitos ocupacionais do gênero feminino. Sem se esquecer de abordar questões primordiais dos debates de raça, classe e gênero. Desta forma, os resultados obtidos através das análises, identifica como manifestam-se todos esses impactos na vida cotidiana da mulher em diferentes espaços; traz dados pertinentes sobre as ações da gestão do estado, o enfraquecimento das políticas públicas durante a pandemia demonstrando a baixa incidência no financiamento e apoio à saúde, educação, alimentação, tecnologização e ciência. E, conseqüentemente, traz dados importantes sobre a forma que esses impactos rebatem na subjetividade das mulheres, ocupando maior espaço no adoecimento a saúde mental e físico, devido às transformações da sociabilidade durante a pandemia, como: a atividade do trabalho, a sobrecarga nas ocupações, às violências, assédios, disparidade salarial, invisibilidade, preconceito e exclusão.

Através das análises bibliográficas realizadas e discutidas, comprovou-se que os influxos da pandemia abarcam várias áreas profissionais, ocupacionais e sociais. A desigualdade social foi acentuada para toda população brasileira. A população lidou com novas denominações de sequelas, se tornando conseqüências das complicações que se apresentam durante a pandemia da Covid-19.

As análises feitas trouxeram evidências plausíveis para entender os imensuráveis danos causados às mulheres, havendo ainda, a necessidade de aprofundar mais assiduamente sobre o assunto a longo prazo, a fim de pesquisar como manifestam-se. Vale destacar, o sentido primordial da pesquisa, as complicações contidas na formação estrutural do capitalismo e seus

influxos para toda população, focalizando, a questão do gênero feminino. É importante salientar que a pesquisa realizada não configura-se sobre a ampla área da saúde em si. Aqui, ocupamos outro lugar de análise, o contexto sociológico da particularidade brasileira. Ou seja, por mais que aborde dentro da questão de gênero as adversidades causadas à saúde e bem estar da mulher, não é comprovado o estudo aprofundado na saúde, e sim, englobante das relações sócio históricas, ocupacionais e trabalhistas, pertencentes ao campo da teoria social.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Suelly Souza. **Femicídio: algemas (in)visíveis do público-privado**. Editora Revinter Ltda, 1998.

ANDRADE, B. Cristiane; BITENCOURT, M. Silvana. Trabalhadoras da saúde face à pandemia: por uma análise sociológica do trabalho de cuidado. Temas Livres. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**. v. 23 nº 3. p.1013-1022. Mar. 2021. Disponível em: [SciELO - Brasil - Trabalhadoras da saúde face à pandemia: por uma análise sociológica do trabalho de cuidado](#). Acesso em: 20 mar. 2023.

ANIDO, Izabela; CALIFE, Karina; VIEIRA, Júlia. Mulheres profissionais da saúde e as repercussões da pandemia da COVID-19: é mais difícil para elas?. **Revista Saúde em Debate**. v.46, nº 132, p. 47-62. Jan./Mar. 2022. Disponível em: [SciELO - Brasil - Mulheres profissionais da saúde e as repercussões da pandemia da Covid-19: é mais difícil para elas?](#) Acesso em: 16 mar. 2023.

ANTLOGA, Carla; PFEIFFER-FLORES, Eileen; RICHWIN, F. Iara; ZANELLO, Valeska. Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras de classe média e média alta. **Revista Estudos Feministas**. v. 30, nº2, 2022. Disponível em: [SciELO - Brasil - Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras de classe média e média alta](#) Acesso em: 17 mar. 2023.

ANZOLCH, J. Karen; BARBOSA, Q. C. Imara; DUARTE, R. Elizabeth; EGEEA, A. Milena; IZAR, O.C. Maria; LANTIERE, B.J. Carla; LEMKE, G. Viviana; LOPES, M.A.A. Maria; MARIANO, Z. Giordana; NASCIMENTO, M. Emília; OLIVEIRA, M. M. Gláucia; PAIVA, O. M. S. Maria; RAMOS, O. V. Mayara; SANTOS, A. Magaly; SILVA, A.G.R. Elizabeth; SILVA, F.T.C. Sheila. Mulheres Médicas: Burnout durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**. v.119, nº 2, p. 307-316. Ago, 2022. Disponível em: [SciELO - Brasil - Mulheres Médicas: Burnout durante a Pandemia de COVID-19 no Brasil](#) Acesso em: 14 mar. 2023.

ARENDDT, Hanna. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 8ª ed. p revista, 1997.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. Combahee River Collective.p. 60 . São Paulo: Boitempo, 2019.

ASSUNÇÃO, A. A. F. Giovanni; BARBOSA, C.E. Rose; COSTA, F. N. Daniela; JESUS, G. S. Amanda; JESUS, N. O. N. Yessa; HAIKAL, S. Desirée; SANTOS, O. Elke; SOARES, C. Natália. Condições de vida e saúde de professoras da educação básica pública de Minas Gerais provedoras financeiras de suas famílias durante a pandemia de Covid-19. **Revista Brasileira de Estudos de População**. v. 39. 2022. Disponível em: [SciELO - Brasil - Condições de vida e saúde de professoras da educação básica pública de Minas Gerais provedoras financeiras de suas famílias durante a pandemia de Covid-19](#) Acesso em: 16 mar. 2023.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Trad. Sérgio Milliet. 4ª Ed. Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1970. p. 12

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo dependente latino americano** . 2ª ed. p. 38-39 Florianópolis: Insular, 2013.

BARONI, Arethusa; CABRAL, F.; CARVALHO, L. Uma análise da história da mulher na sociedade. **Direito familiar**, 2020.

BENDA, Laura R. A filosofia e a ciência também legitimam a desigualdade de gênero. **Justificando: mentes inquietas pensam direito**, 28 fev. 2018. Disponível em: <https://www.justificando.com/2018/02/28/filosofia-e-ciencia-tambem-legitimam-desigualdade-de-genero/> Acesso em: 24 jul. 2022.

CASTRO SILVA, R. Carlos; SOUZA, B. Josilene. Pandemia da Covid-19 e o aumento da violência doméstica em território vulnerável: uma resposta de base comunitária. **Revista Saúde e Sociedade**. v.31, nº4. 2022. Disponível em: [SciELO - Brasil - Pandemia da covid-19 e o aumento da violência doméstica em território vulnerável: uma resposta de base comunitária](#) Acesso em: 16 mar. 2023.

CAMPOS, H. Carmen; CASTILHO, V. W. Ela; MACHADO, V. Isadora. Violência de gênero e pandemia. Seção Temática Fazendo Gênero em Tempos de Pandemia. **Revista Estudos Feministas**. v.30, nº2. 2022. Disponível em: [SciELO - Brasil - Violência de gênero e pandemia](#) Acesso em: 18 mar. 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. 1944. Tradução: Heci Regina Candiani 1. Ed. São Paulo : Boitempo, 2016. p. 24.

DABAT, Christine Rufino; MARIA, Virgem. Mas onde estão as neves de outrora. **Notas biográficas sobre a condição das mulheres no tempo das catedrais**. **Cadernos de História**, v. 1, p. 23-68, 2002.

DUMONT-PENA, Érica; PATROCINO, B. Laís; SOUZA, R. Érica. Pandemia do coronavírus(2019-nCoV e mulheres: efeitos nas condições de trabalho e na saúde. **Revista Saúde em Debate**. v.46, nº 1. 2022. Disponível em: [SciELO - Brasil - Pandemia do coronavírus \(2019-nCoV\) e mulheres: efeitos nas condições de trabalho e na saúde](#). Acesso em: 17 mar. 2022.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Clube de Autores, São Paulo: Sundemann, 2014.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. Editora Elefante, 2019.

GIULANI, P. C. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das mulheres no Brasil**. p. 640 - 668. São Paulo: Contexto, 2004.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs. p. 230. 1984.

HOLSBACH, R. Léria; SANTOS, J. L. P. Ana; TOSCAS, Fotini. Mulheres na gestão de tecnologia e engenharia clínica: caso de ventiladores pulmonares na Covid-19. Relato de Experiência. **Revista Saúde em Debate**. v. 45, nº1, p. 224-231. Out 2021. Disponível em: [SciELO - Brasil - Mulheres na gestão de tecnologias e engenharia clínica: o caso dos ventiladores pulmonares na Covid-19](#). Acesso em: 18 mar. 2023.

HOOKS, Bell. **Olhares Negros: Raça e representação**. p. 13, São Paulo: Editora Elefante, 2019.

JARDIM, Fabiana; SILVA, Uvanderison; SOUZA, T. Adriana. Feminismo Negro: pedagogias, epistemologias, ético políticas e métodos. Entrevista com Christen A. Smith. **Revista Educação e Pesquisa**. v. 48. 2022. Disponível em: [SciELO - Brasil - Feminismo negro: pedagogias, epistemologias, ético-políticas e métodos. Entrevista com Christen A. Smith](#) Acesso em: 16 mar.2023.

LASMAR, Cristiane. Mulheres Indígenas: representações. **Revista Estudos Feministas**. Dossiê Mulheres Indígenas. Vol.7, nº1 e 2, p. 2, 1999.

MACÊDO, Marília; TONHATI, P. M. Tania. Os impactos da pandemia da Covid-19 para as mulheres imigrantes no mundo: mobilidade e mercado de trabalho. **Revista Sociedade e Estado**. v.36, nº3, p. 891-914. Set./Dez. 2021. Disponível em: [SciELO - Brasil - Os impactos da pandemia de Covid-19 para as mulheres imigrantes no Brasil: mobilidade e mercado de trabalho](#). Acesso em: 18 mar.2023.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Editora Era, México, 1990, 10a edição (1a edição, 1973). O postscriptum conforme: Revista Latinoamericana de Ciências Sociales, Flacso, (Santiago de Chile), nº 5, junho 1973. Versão digitalizada conforme publicado em "Ruy Mauro Marini: Vida e Obra", Editora Expressão Popular, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6539551/mod_resource/content/2/7.%20Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular%20-%20At%C3%A9%20p.28.pdf Acesso em: 19 de jul de 2022.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital**. p. 453. Trad. Rubens Enderle. São Paulo, Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital.** Cap. I e IV. Trad. Rubens Enderle. São Paulo, Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro II: O processo de circulação do capital.** Cap. III. Trad. Rubens Enderle. São Paulo, Boitempo, 2014.

MATOS, A. Rachel; ALBUQUERQUE, S. Cynthia. “Questão Social”, divisão sexual do trabalho e saúde mental na pandemia. Espaço temático: Crise sanitária, territórios e pobreza. **Revista Katálysis**, v. 26, nº 1, p. 43-54. Jan./Abr. 2023. Disponível em: [SciELO - Brasil - “Questão social”, divisão sexual do trabalho e saúde mental na pandemia](#). Acesso em: 14 mar. 2023.

MELO, P. Hildete; MELLO, C. Soraia. Notas do trabalho das mulheres em tempo de pandemia: impasses e respostas. Seção Temática Fazendo Gênero em tempos de pandemia. **Revista Estudos Feministas**. v.30 nº2. 2022. Disponível em: [SciELO - Brasil - Notas sobre o trabalho das mulheres em tempos de pandemia: respostas e impasses](#). Acesso em: 17 mar. 2023.

MONTICELLI, Thays. Divisão sexual do trabalho, classe e pandemia: novas percepções?. **Revista Sociedade e Estado**. v. 36, nº1, p. 83-107. Jan./Abr. 2021. Disponível em: [SciELO - Brasil - Divisão sexual do trabalho, classe e pandemia: novas percepções?](#). Acesso em: 20 mar. 2023.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90.** São Paulo, Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica.** José Paulo Netto e Marcelo Braz. 8ª ed. p. 238-239, p.230. São Paulo:Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica.** José Paulo Netto e Marcelo Braz. 8ª ed. p. 46. São Paulo:Cortez, 2012.

PRIORE, Del Mary; BASSANEZI, Carla. **História das Mulheres no Brasil.** 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 2002.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das mulheres no Brasil.** p. 578 - 606. São Paulo: Contexto, 2004.

SAFFIOTI, I.B. Heleieth. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, Coleção Polêmica, 1987. p. 15 - p. 21

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Trabalho feminino e capitalismo. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 1,p. 131, Chicago, 1976.

SAFFIOTI, I.B Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes**. 1ª ed. p. 229, São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SILVA, S. Juliana; BEZERRA, M. P. S. Leila. Feminismos e Decolonialidade: formas de resistências de mulheres negras. **X Jornada Internacional de Políticas Públicas**. UECE, Ambiente Virtual, 2021.

SIQUEIRA, M. M. Sandra. **O Marxismo e o Combate à Opressão Contra as Mulheres**. LeMarx/FACED/UFBA. Salvador, dezembro de 2019.

UNIFEM. Fim da Violência contra as Mulheres: nós todos e todas devemos nos unir; 25 nov. 2010. Disponível em: <[UNIFEM | Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil \(UNIC Rio de Janeiro\)](#)>. Acesso em: 14 fev. 2023.

ONU Mulheres, Brasil. ONU Mulheres faz lista de checagem de ações governamentais para inclusão da perspectiva de gênero na resposta à Covid-19; 03 abr. 2020. Disponível em: <[ONU Mulheres faz lista de checagem de ações governamentais para inclusão da perspectiva de gênero na resposta à Covid-19 – ONU Mulheres](#)>. Acesso em: 14 fev. 2023.

VERONEZE, T. Renato. Vulnerabilidades das travestis e mulheres trans no contexto pandêmico. Espaço Temático: Serviço social, racismo e classes sociais. **Revista Katálysis**. v. 25, nº 2, p. 316-325. Ago.2022. Disponível em: [SciELO - Brasil - Vulnerabilidades das travestis e das mulheres trans no contexto pandêmico](#) Acesso em: 14 mar. 2023.

Músicas:

ÉSSIS, Renata; JÔ, Salma; MARIA, Helena; BAQ, Larissa. Triste, Louca ou Má. *In*: EL HOMBRE, Fracisco. **Soltasbruxa**. São Paulo: Independente, 2016. 1 CD. Faixa 6.

FERREIRA, Bia. GONZAGA, A. R. S. Doralyce. Não Precisa Ser Amélia. *In*: FERREIRA, Bia. **Igreja Lesbiteriana, Um Chamado**. São Paulo: SESC Pompéia, 2019. Plataformas Digitais. Faixa 2.

YUKA, Marcelo; JORGE, Seu; CAPPELLETTI, Ulisses. A Carne. *In*: SOARES, Elza. **Do Cócix até o Pescoço**. São Paulo: Maianga, 2002. CD. Faixa 6.

ANEXO

TEXTO	AUTORES	REVISTA/ANO
Condições de vida e saúde de professoras da educação básica pública de Minas Gerais provedoras financeiras de suas famílias durante a pandemia de Covid-19	ASSUNÇÃO, A. A. F. Giovanni. BARBOSA, C.E. Rose. COSTA, F. N. Daniela. JESUS, G. S. Amanda. JESUS, N. O. N. Yessa. HAIKAL, S. Desirée. SANTOS, O. Elke SOARES, C. Natália.	Revista Brasileira de Estudos de População 2022
Divisão sexual do trabalho, classe e pandemia: novas percepções?	MONTICELLI, Thays.	Revista Sociedade e Estado 2021
Feminismo Negro: pedagogias, epistemologias, etico politicas e métodos. Entrevista com Christen A. Smith	JARDIM, Fabiana. SILVA, Uvanderison. SOUZA, T. Adriana.	Revista Educação e Pesquisa 2022

Pandemia da Covid-19 e o aumento da violência doméstica em território vulnerável: uma resposta de base comunitária.	CASTRO SILVA, R. Carlos. SOUZA, B. Josilene.	Revista Saúde e Sociedade 2022
Pandemia do coronavírus(2019-nCoV) e mulheres: efeitos nas condições de trabalho e na saúde	DUMONT-PEN A, Érica. PATROCINO, B. Laís. SOUZA, R. Érica.	Revista Saúde e Debate 2022
Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras de classe média e média alta	ANTLOGA, Carla. PFEIFFER-FLORES, Eileen. RICHWIN, F. Iara. ZANELLO, Valeska.	Revista Estudos Feministas 2022
Mulheres na gestão de tecnologia e engenharia clínica: caso de ventiladores pulmonares na Covid-19	HOLSBACH, R. Léria. SANTOS, J. L. P. Ana. TOSCAS, Fotini.	Revista Saúde em Debate 2021
Mulheres Médicas: Burnout durante a pandemia de Covid-19 no Brasil.	ANZOLCH, J. Karen. BARBOSA, Q.	Revista Arquivos Brasileiros de Cardiologia 2022

	<p>C. Imara.</p> <p>DUARTE, R. Elizabeth.</p> <p>EGEA, A. Milena.</p> <p>IZAR, O.C. Maria.</p> <p>LANTIERE, B.J. Carla.</p> <p>LEMKE, G. Viviana.</p> <p>LOPES, M.A.A. Maria.</p> <p>MARIANO, Z. Giordana.</p> <p>NASCIMENTO, M. Emília.</p> <p>OLIVEIRA, M. M. Gláucia.</p> <p>PAIVA, O. M. S. Maria.</p> <p>RAMOS, O. V. Mayara.</p> <p>SANTOS, A. Magaly.</p> <p>SILVA, A.G.R. Elizabeth.</p> <p>SILVA, F.T.C. Sheila.</p>	
Mulheres	ANIDO, Izabela.	Revista Saúde em

profissionais da saúde e as repercussões da pandemia da COVID-19: é mais difícil para elas?	CALIFE, Karina. VIEIRA, Júlia.	Debate 2022
Notas do trabalho das mulheres em tempo de pandemia: impasses e respostas	MELO, P. Hildete. MELLO, C. Soraia.	Revista Estudos Feministas 2022
Os impactos da pandemia da Covid-19 para as mulheres imigrantes no mundo: mobilidade e mercado de trabalho.	MACÊDO, Marília. TONHATI, P. M. Tania.	Revista Sociedade e Estado 2021
Questão Social”, divisão sexual do trabalho e saúde mental na pandemia.	ALBUQUERQU E, S. Cynthia. MATOS, A. Rachel.	Revista Katálysis 2023
Trabalhadoras da saúde face à pandemia: por uma análise sociológica do trabalho de cuidado	ANDRADE, B. Cristiane. BITENCOURT, M. Silvana.	Revista Ciência & Saúde Coletiva 2021
Violência de gênero e pandemia.	CAMPOS, H. Carmen. CASTILHO, V. W. Ela. MACHADO, V. Isadora.	Revista Estudos Feministas 2022

Vulnerabilidades das travestis e mulheres trans no contexto pandêmico.	VERONEZE, T. Renato.	Revista Katálysis 2022
--	-------------------------	---------------------------

Fonte: *Scielo (2020-2023)*